



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
CURSO DE BACHARELADO EM URBANISMO

SIDNARA NASCIMENTO DA SILVA

**DINÂMICA SOCIOESPACIAL DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO
METROPOLITANA DE SALVADOR**

SALVADOR
2023

SIDNARA NASCIMENTO DA SILVA

**DINÂMICA SOCIOESPACIAL DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO
METROPOLITANA DE SALVADOR**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à banca examinadora da Universidade do Estado da Bahia como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Muniz dos Santos Filho.

**SALVADOR
2023**

SIDNARA NASCIMENTO DA SILVA

DINÂMICA SOCIOESPACIAL DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

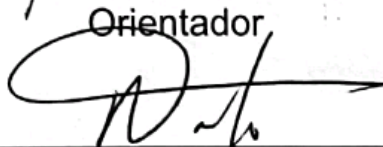
Trabalho de conclusão de curso
apresentado à banca examinadora da
Universidade do Estado da Bahia
como requisito parcial para obtenção
do título de Bacharel em Urbanismo.

Aprovado em: 14/12/2023.

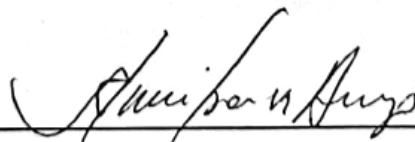
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Antonio Muniz dos Santos Filho
Orientador



Prof. Dr. Agripino Souza Coelho Neto
Examinador 1



Me. Edmilson Natividade Araújo
Examinador 2

AGRADECIMENTOS

Quando olho para trás e reflito sobre a jornada que me levou à conclusão deste trabalho, é impossível não reconhecer a importância de minha rede de apoio, que desempenhou um papel fundamental em minha jornada acadêmica.

Em primeiro lugar, minha mais profunda gratidão vai para minha família, que sempre esteve ao meu lado, oferecendo suporte incondicional e amor durante todos esses anos de estudo. Agradeço especialmente ao meu amor, cujo apoio e compreensão foram fundamentais para enfrentar os desafios acadêmicos e pessoais.

Às vezes, os amigos se tornam verdadeiros tesouros em nossa vida, e foi o que aconteceu durante esta jornada. Quero expressar minha imensa gratidão aos meus amigos da faculdade, em especial aos membros do grupo "Lajy Orbanah". Suas palavras de encorajamento, apoio mútuo e ajuda com questões acadêmicas e pessoais foram inestimáveis, tornando-nos assim, uma grande família.

Além disso, não posso deixar de mencionar minha leal companheira, Sushi, minha amada filha de quatro patas. Sua presença constante e carinho incondicional foram um verdadeiro bálsamo emocional ao longo da produção deste TCC e durante toda a graduação.

Estendo meu agradecimento ao meu orientador, Professor Doutor Antonio Muniz Filho, cuja orientação, conhecimento e insights foram cruciais para a conclusão deste trabalho. E a todos que fizeram parte da minha jornada acadêmica, de uma forma ou de outra, saibam que suas contribuições foram fundamentais para este momento.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar a dinâmica socioespacial da região metropolitana de Salvador a partir dos indicadores socioespaciais dos municípios que a compõem. A abordagem metodológica adotada é a quali-quantitativa e inclui uma revisão da literatura que abrange conceitos relacionados a redes urbanas e a regiões metropolitanas, apoiando-se em autores como Milton Santos e Roberto Lobato Corrêa, e textos obtidos através do Observatório das Metrôpoles, assim como pontuar o surgimento das Regiões Metropolitanas e as leis que as estabelecem para compreender as ideologias e focos das políticas em cada momento da história do país. Além disso, a pesquisa envolve a coleta de dados secundários de fontes nacionais e estaduais, tomando como principais dados de análise o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, o Índice de Vulnerabilidade Social, a renda *per capita* e o Produto Interno Bruto da Região Metropolitana de Salvador. Como desfecho, são analisados os componentes que contribuíram para a configuração da Região Metropolitana considerando os indicadores mencionados, é possível identificar as diferenciações socioespaciais que prevalecem entre os municípios integrantes da região, além de ser possível, a partir disso, determinar as áreas que necessitam de intervenções específicas e políticas direcionadas para mitigar as desigualdades, promovendo um crescimento mais equitativo e uma melhoria significativa na qualidade de vida.

Palavras chave: Rede urbana; Região Metropolitana; Região Metropolitana de Salvador; Diferenciação socioespacial.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1	Mapa de delimitação da Região Metropolitana de Salvador	11
Figura 2	Modelo de redes dendríticas	16
Figura 3	Modelo de redes dos mercados periódicos	17
Figura 4	Modelo de redes dos dois circuitos da economia	18
Figura 5	Mapa da rede urbana do Brasil (Hierarquia dos Centros), 2018	19
Figura 6	Mapa das Regiões Metropolitanas (RM) do Brasil, 1973	23
Figura 7	Mapa da configuração da Região Metropolitana de Salvador, 1973	33
Figura 8	Mapa da configuração atual da Região Metropolitana de Salvador (2023)	33
Figura 9	Mapa da população urbana da RMS e demais cidades do Estado da Bahia – 2010	35
Figura 10	Mapa da região de influência do Arranjo Populacional de Salvador na Bahia – 2018	39
Figura 11	Mapa das principais interconexões do Arranjo Populacional de Salvador/BA no Território Brasileiro – 2018	40
Figura 12	Mapa do PIB total dos municípios da Região Metropolitana de Salvador – 2010	46
Figura 13	Faixa do Índice de Vulnerabilidade Social	51
Figura 14	Gráfico dos percentuais de IVS Infraestrutura Urbana – 2010	53
Figura 15	Gráfico dos percentuais de IVS Capital Humano – 2010	54
Figura 16	Gráfico dos percentuais de IVS Renda e Trabalho – 2010	55
Figura 17	Mapa da tipologia socioespacial da Região Metropolitana de Salvador – 2010	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Número de Regiões Metropolitanas e de municípios metropolitanos no Brasil por macrorregião (2020)	28
Tabela 2	Evolução da população por Região Metropolitana (1970/2010)	29
Tabela 3	População da Bahia, Região Metropolitana de Salvador e Salvador – 1980, 1991, 2000 e 2010	34
Tabela 4	RM de Salvador: trocas migratórias (1995 - 2000 e 2005 - 2010)	36
Tabela 5	PIB total e per capita das dez maiores RMs/RIDEs em população – 2010	37
Tabela 6	Dimensão de algumas das redes urbanas de primeiro nível – 2018	38
Tabela 7	População total, urbano e rural, taxa de urbanização e taxa média de crescimento anual dos municípios da Região Metropolitana de Salvador – 2010	43
Tabela 8	PIB total, por setores econômicos e per capita dos municípios da Região Metropolitana de Salvador – 2010	47
Tabela 9	IDHM dos municípios da Região Metropolitana de Salvador – 2010	50
Tabela 10	IVS dos municípios da Região Metropolitana de Salvador – 2010	52

LISTA DE ABREVIATURAS

CONDER	Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo
IBGE	Instituto Brasileiro de Pesquisa de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IVS	Índice de Vulnerabilidade Social
PDU	Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado
PIB	Produto Interno Bruto
PMD	Plano Metropolitano de Desenvolvimento
PND	Política Nacional de Desenvolvimento
PNDU	Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
RM	Região Metropolitana
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SEDUR	Secretaria de Desenvolvimento Urbano
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais de Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 ENTENDENDO OS CONCEITOS DE REDE URBANA E REGIÃO METROPOLITANA	13
1.1 Dinâmicas da Rede Urbana	13
1.2 Regiões Metropolitanas no Brasil: Passado (1973-1987) e Presente (1988-2023)	20
2 ESPECIFICIDADES E EVOLUÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR	30
3 INDICADORES DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR E SUAS DIFERENCIAÇÕES SOCIOESPACIAIS	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS	62

INTRODUÇÃO

A necessidade de concentração espacial de infraestrutura e serviços, juntamente com os padrões de desenvolvimento observados no Brasil e em outros países da América Latina, conduziu à formação de complexos sistemas urbanos. Nesses sistemas, alguns grandes centros evoluíram para configurações metropolitanas, concentrando população, produção e riqueza. No entanto, essas áreas metropolitanas também carregam consigo características de segregação e exclusão, tornando-se hoje um dos pontos focais da crise social que afeta essas cidades recebendo atenção significativa nos estudos urbanos.

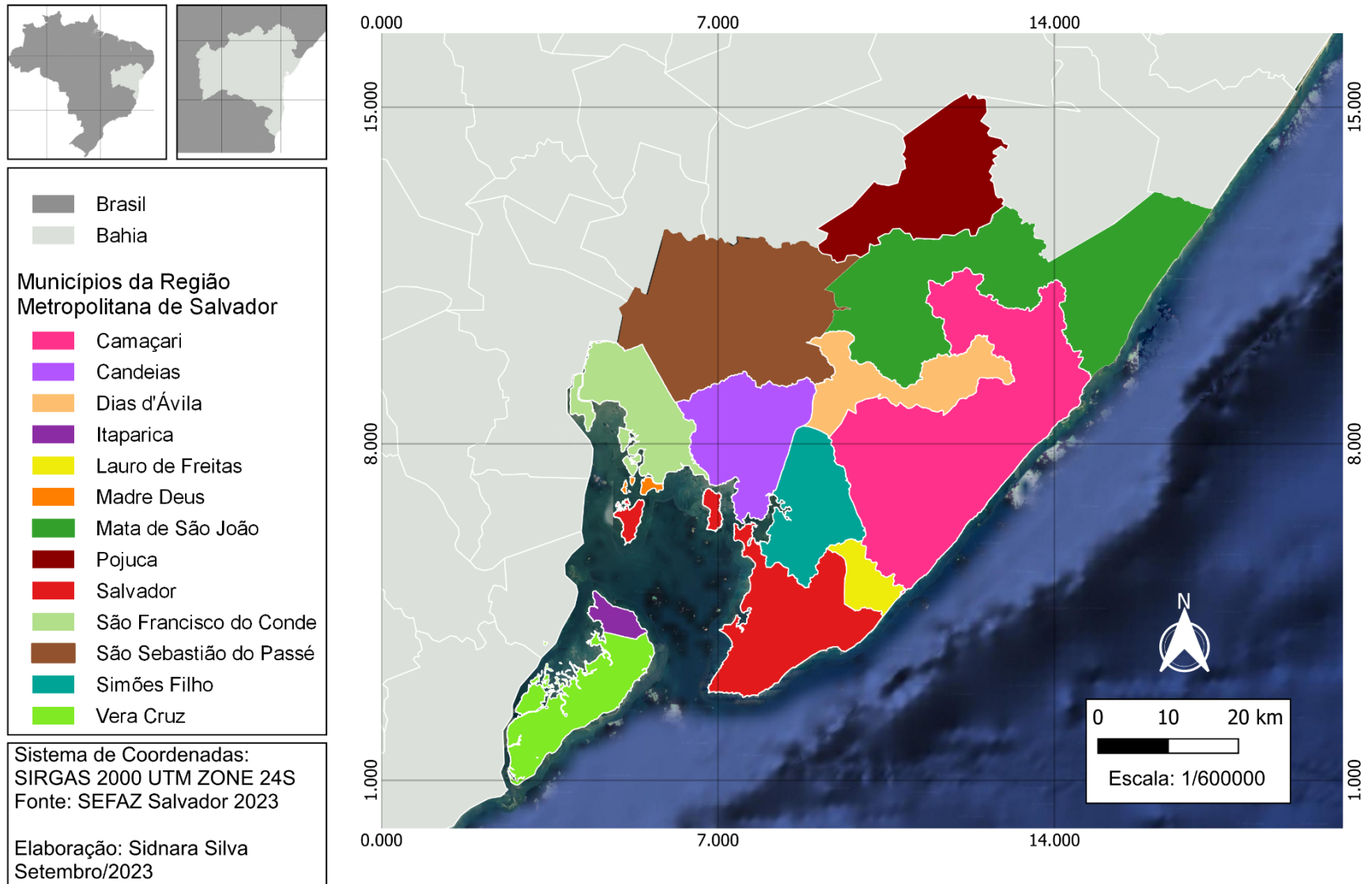
A consolidação das redes de aglomerações urbanas institucionalizadas no Brasil, como as Regiões Metropolitanas, é parte integrante dessa complexa rede urbana. Resultando na formação de territórios igualmente complexos, essas Regiões Metropolitanas testemunham disputas sociais intrínsecas a interesses individuais, escolhas políticas e influências do mercado econômico.

As primeiras Regiões Metropolitanas datam de 1973, impulsionadas por objetivos centralizadores e de controle territorial pelo governo federal. Embora inspiradas pelo ideal desenvolvimentista, essas iniciativas buscavam promover políticas públicas urbanas integradas entre os municípios de cada Região Metropolitana, com a perspectiva de resolver problemas urbanos de forma mais eficiente.

Contudo, surge a indagação sobre a existência de disparidades socioespaciais entre as diversas Regiões Metropolitanas brasileiras, mas também, se é possível identificar diferenciações entre os municípios que integram tais regiões. Essa complexidade reflete a interconexão das Regiões Metropolitanas no contexto da rede urbana brasileira, com desafios e oportunidades que demandam análises e estratégias específicas para cada realidade.

O estudo das diferenciações socioespaciais entre municípios em Regiões Metropolitanas é de suma importância para compreender os limites e as possibilidades dessas regiões em promover uma efetiva integração territorial e desenvolvimento regional. Nesse sentido, a Região Metropolitana de Salvador que se estende ao longo da costa do Oceano Atlântico, situada no Nordeste brasileiro, no estado da Bahia, é o espaço empírico dessa discussão (Figura 1).

Figura 1 – Mapa de delimitação da Região Metropolitana de Salvador



A Região Metropolitana de Salvador abriga uma diversidade de municípios com realidades demográficas, econômicas e sociais distintas. Portanto, esta pesquisa, buscou compreender como se manifestam as dinâmicas espaciais nessa realidade metropolitana e as condições de vida nos municípios que a compõem.

Nesse sentido, o objetivo deste estudo é analisar a dinâmica socioespacial da Região Metropolitana de Salvador, em seus contextos de urbanização, a partir de levantamento de dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e do Índice de Vulnerabilidade Social, e de elementos que ajudam a medir o grau de concentração de renda, como a renda *per capita* e o Produto Interno Bruto.

A condução desta pesquisa foi embasada em uma abordagem metodológica que permitiu uma análise sobre as diferenciações socioespaciais voltada a condições de vida nos municípios. Inicialmente, foi realizado uma revisão da literatura existente sobre o tema, buscando embasamento teórico e conceitual acerca de redes urbanas e regiões metropolitanas, bem como o estudo dessas regiões através de mapeamento trazendo as suas evoluções no Brasil. A pesquisa bibliográfica incluiu autores como Carvalho e Pereira (2008, 2014), Corrêa (1989, 2000, 2004, 2011) e Santos (1977, 2008) bem como artigos científicos, livros, relatórios e documentos técnicos relevantes para a compreensão do contexto da Região Metropolitana de Salvador e das questões relacionadas à diferenciação socioespacial entre seus municípios.

Foi realizada uma busca e coleta de dados secundários obtidos em diversas bases de dados nacionais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e no âmbito estadual a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Esses dados incluem o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, Índice de Vulnerabilidade Social, renda *Per capita* e Produto Interno Bruto. A análise desses dados secundários também contribuiu para uma compreensão mais abrangente do contexto socioeconômico e territorial da Região Metropolitana de Salvador, principalmente de forma comparativa estabelecidas através de tabelas.

Com o objetivo de proporcionar uma melhor compreensão da evolução histórica e dos dados coletados, foi elaborado mapas para uma representação visual mais eficaz. Para a elaboração desses mapas foi utilizado o software QGIS, versão 3.28.11. Desse modo, a metodologia adotada será quali-quantitativa.

Para alcançar os objetivos delineados neste trabalho, foram estruturados três capítulos para além desta introdução e das considerações finais, nos quais foram abordadas diretrizes e possíveis ações para a melhora das condições de vida dos habitantes dos municípios. O primeiro capítulo, denominado por “Entendendo os conceitos de rede urbana e região metropolitana”, conta com uma análise das redes urbanas, na qual é explorada a sua complexidade e a importância da hierarquia das cidades. Também, buscou-se compreender a evolução das Regiões Metropolitanas no Brasil, desde sua criação até os dias atuais, destacando as mudanças na legislação, a expansão no número de Regiões Metropolitanas e a relação entre densidade populacional e tamanho da rede urbana. No segundo capítulo, “Especificidades e evolução da Região Metropolitana de Salvador”, é abordado as especificidades e a evolução da Região Metropolitana de Salvador apontando uma análise sobre essa região geográfica específica, abordando informações sobre sua formação socioespacial, com vistas a compreender quais fatores moldaram a região. Por fim, a análise dos indicadores socioespaciais urbanos dos municípios integrantes da Região Metropolitana de Salvador proporciona uma visão das diferenciações e dinâmicas específicas dessa área metropolitana através de índices de qualidade de vida. É importante salientar que, para efeitos de comparação, os dados considerados neste contexto foram principalmente os de 2010. Isso se deve ao fato de que somente em 2009 o município de Pojuca foi incorporado à Região Metropolitana de Salvador. Essa abordagem permite uma compreensão mais precisa das diferenciações socioespaciais nos municípios que compõem a Região Metropolitana de Salvador.

1. ENTENDENDO OS CONCEITOS DE REDE URBANA E REGIÃO METROPOLITANA

1.1 Dinâmicas da Rede Urbana

A compreensão da origem e surgimento de uma rede urbana é uma jornada complexa que vai além de simples comparações de escala. Este processo é moldado por influências históricas, políticas e econômicas, onde os resultados das ações de diversos agentes sociais deixam sua marca duradoura no espaço.

A investigação sobre as redes urbanas, como uma tradição na pesquisa geográfica no Brasil, remonta ao século XX, especificamente ao ano de 1956, durante o Congresso Internacional de Geografia realizado no Rio de Janeiro, conforme indicado por Corrêa (1989). A partir desse marco, inúmeros pesquisadores embarcaram em estudos sobre a rede urbana.

Destaca-se que a rede urbana não é um elemento separado da sociedade, pelo contrário, ela é intrinsecamente integrada à dinâmica social, incorporando e influenciando suas contradições, conflitos e negociações. A abordagem teórica de Santos (1977) e a análise contextual de Corrêa (2000), voltadas para o Brasil, sugerem que a configuração territorial desempenha um papel fundamental na conexão entre diferentes tipos de sociedades e suas redes.

Os geógrafos exploraram o tema da rede urbana por meio de diversas perspectivas. Algumas das abordagens mais significativas se concentram na diferenciação das cidades em termos de funções, variações nas dimensões básicas, relações entre tamanho demográfico e desenvolvimento, hierarquia urbana e interações entre as cidades e suas regiões circundantes. Essas análises enriquecem nossa compreensão da complexa teia de conexões que define a formação e a evolução das redes urbanas em todo o mundo, revelando o profundo impacto das dinâmicas sociais, econômicas e políticas ao longo do tempo.

A hierarquia das cidades é essencial para direcionar os fluxos internos e mostrar como os centros urbanos se relacionam. Essas conexões permanentes entre as cidades e a ligação entre áreas formam uma rede urbana, cuja intensidade determina o dinamismo regional. Esse padrão hierárquico não é exclusivo do Brasil, mas uma característica global das áreas urbanas, refletindo especializações econômicas, populações e influências regionais. Permitindo a análise de redes urbanas em diferentes escalas, desde conexões locais até interações globais. Percebe-se que a intensidade dessas conexões funcionais é necessária para avaliar o dinamismo de uma região e é diretamente proporcional, ou seja, quanto mais fortes os vínculos entre as cidades, maior é o dinamismo da região, e vice-versa.

As pesquisas sobre hierarquia urbana identificaram diversas tendências observadas e características específicas das redes. Essas tendências e peculiaridades na hierarquia urbana ajudam a compreender a complexidade das redes urbanas e a diversidade de interações entre as cidades, bem como suas influências mútuas. À

medida que as cidades ocupam diferentes posições nessa hierarquia, suas funções e interações se diversificam, resultando em uma complexa e em constante mudança de conexões urbanas em todo o espaço geográfico. Essa complexidade reflete a natureza em constante evolução das redes urbanas e seu papel fundamental na organização e no desenvolvimento das sociedades em diferentes escalas.

Milton Santos (1977) argumenta que tais redes urbanas são caracterizadas por diferenças estruturais, que se manifestam nas dimensões dimensional, funcional e espacial, resultando na formação de padrões específicos. “A estrutura dimensional diz respeito ao tamanho dos centros de uma dada rede, revelando o grau de concentração ou dispersão de população e atividades nos seus centros urbanos” (Corrêa, 2004, p. 67). Destaca-se nessa estrutura a presença de redes “macrocefálicas”, nas quais cidades primazes, ou seja, aquelas que são duas ou mais vezes maiores demográfica e economicamente do que as cidades imediatamente menores em tamanho, exercem um papel dominante.

A estrutura funcional diz respeito a diferenciação entre centros urbanos em uma rede e entre diferentes redes urbanas. Dois mecanismos econômicos, competição e cooperação, atuam nesse processo. A competição envolve a disputa entre empresas de diferentes centros urbanos por mercados mais amplos e a cooperação ocorre entre centros onde empresas desempenham funções complementares. Essa classificação inicial lançou as bases para análises mais profundas das funções urbanas.

Em termos genéricos, a rede urbana constitui-se no conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si. É, portanto, um tipo particular de rede na qual os vértices ou nós, são os diferentes núcleos de povoamento dotados de funções urbanas, e os caminhos ou ligações os diversos fluxos entre esses centros (Corrêa, 2011, p. 93).

Vários estudiosos expandiram o conceito, desdobrando as atividades da cidade em duas categorias principais. A primeira categoria inclui as atividades básicas ou primárias, que têm uma função “exportadora”, justificando, assim, a própria existência da cidade e sua conexão com o território circundante. A segunda categoria engloba as atividades não básicas ou secundárias, que são destinadas principalmente à população urbana (Côrrea, 2004).

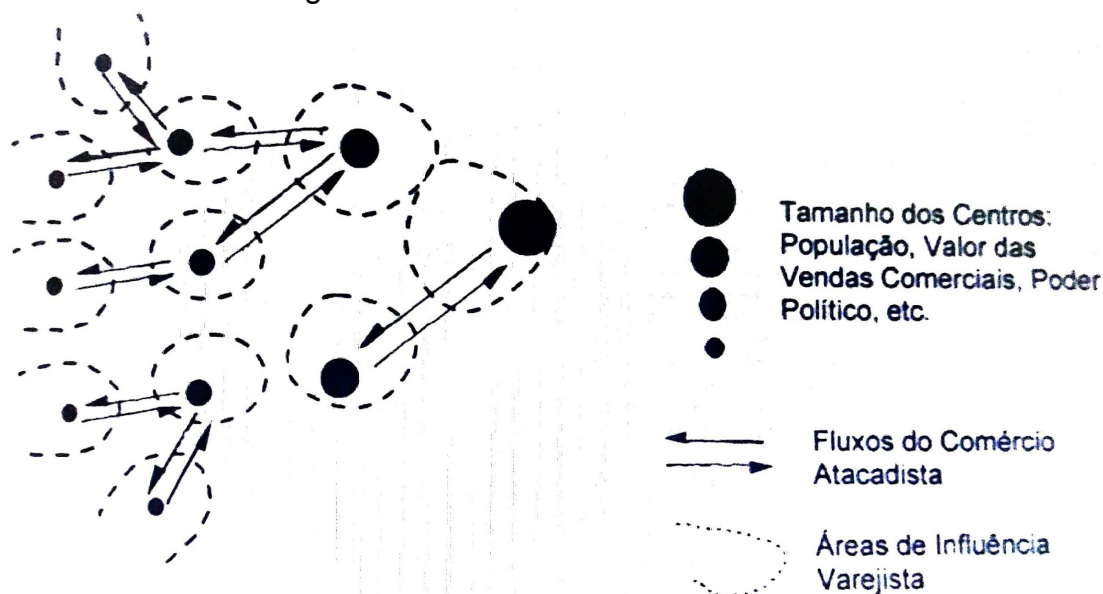
É por meio dessas funções interconectadas de suas cidades que a rede urbana se estabelece como uma condição fundamental para a divisão territorial. No entanto, é

necessário ressaltar que a rede urbana não opera isoladamente; ela está intrinsecamente ligada à ação de centros de acumulação de capitais, as grandes metrópoles que funcionam como cabeças de redes urbanas de alcance nacional e mundial. Essas metrópoles desempenham um papel central na economia global, influenciando não apenas a rede urbana local, mas, também, a estruturação de redes urbanas em níveis mais amplos.

Além das estruturas dimensional e funcional, a análise das redes urbanas inclui a consideração da estrutura espacial a qual aborda como as cidades estão distribuídas geograficamente e como se configuram. Corrêa (2011) descreve três formas de estruturação espacial:

As **redes dendríticas** (Figura 2): são um tipo de rede urbana com origem colonial, caracterizada pela fundação de uma cidade estratégica que concentra as principais funções econômicas e políticas de sua zona de influência, além de apresentar um grande número de pequenos centros ao seu redor. Essas redes funcionam como um meio pelo qual a zona de influência da cidade primaz drena seus recursos, resultando em uma dependência externa. Os centros menores e mais afastados da cidade primaz costumam ter baixa demanda da população e infraestrutura precária.

Figura 2 – Modelo de redes dendríticas

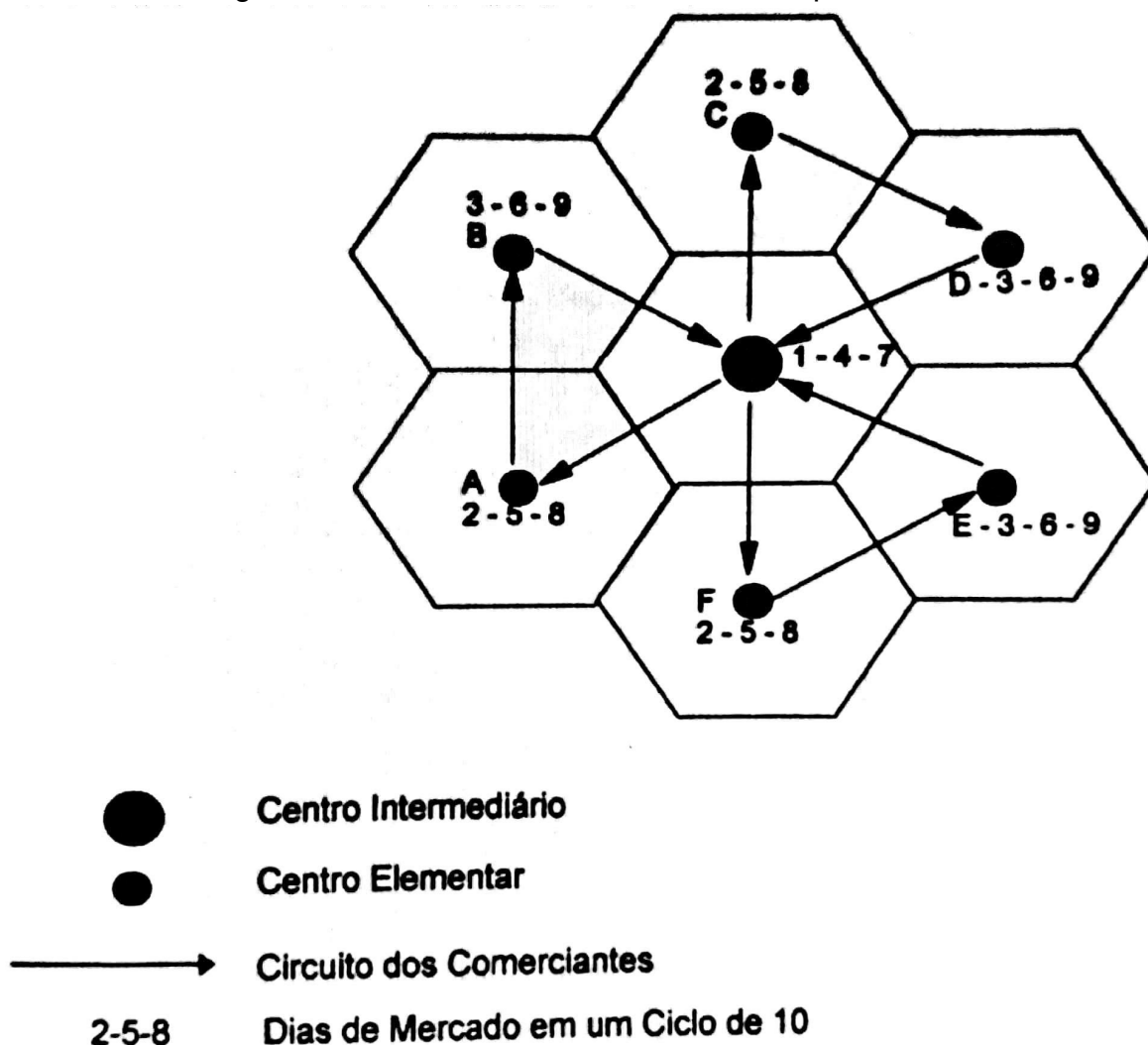


Fonte: Corrêa (2011, p. 45).

As **redes dos mercados periódicos** (Figura 3): caracterizadas por pequenos núcleos de povoamento que, em determinados períodos, se transformam em centros

urbanos. Durante esses momentos de intensa atividade atraem pessoas de outras áreas, sincronizando as atividades humanas em termos de espaço e tempo. No entanto, em dias comuns, esses núcleos retornam à sua condição de centros urbanos pequenos, com baixa atividade e uma população predominantemente envolvida em atividades agrícolas. Essa estrutura reflete a dinâmica sazonal e a interconexão entre os mercados periódicos e as áreas rurais circundantes (Corrêa, 2011).

Figura 3 – Modelo de redes dos mercados periódicos

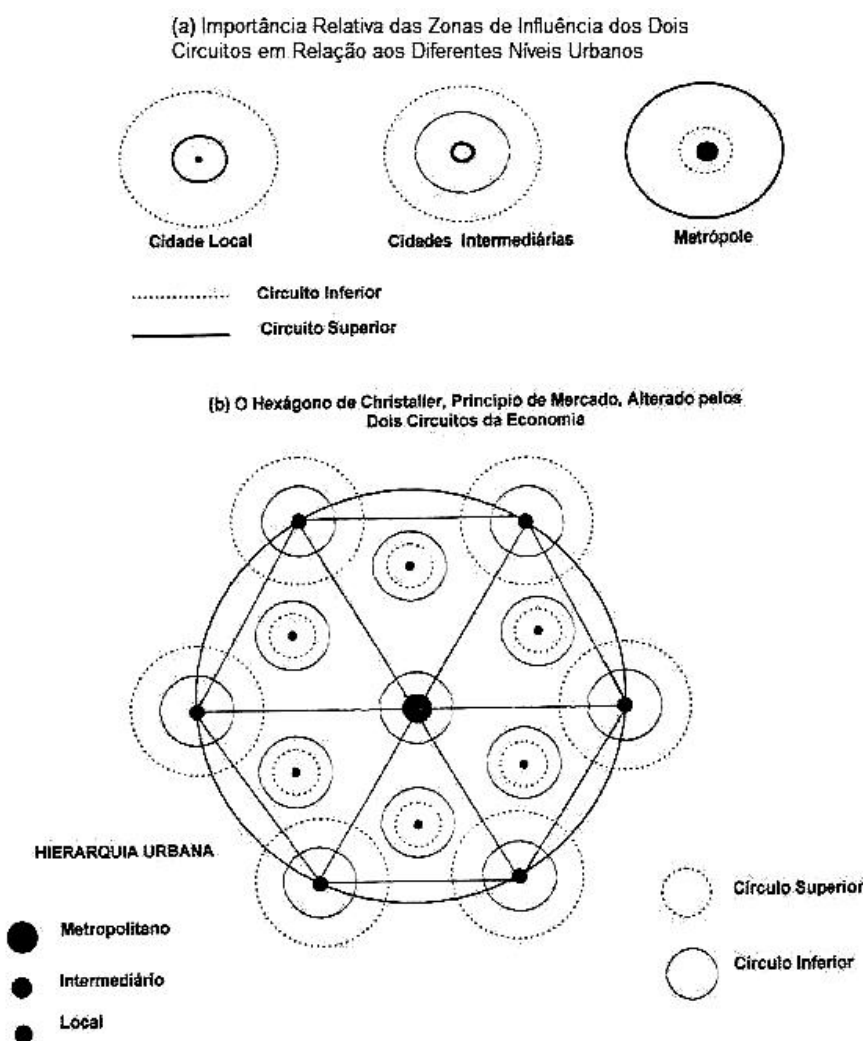


Fonte: Corrêa (2011, p. 55).

E as **redes dos dois circuitos da economia** (Figura 4): como proposto por Milton Santos (1977), representam uma bipolarização interligada nas redes urbanas operando em conjunto. Esses circuitos, o superior e o inferior, compartilham uma origem comum e um conjunto de causas. No circuito superior, estão as atividades

voltadas para a parcela mais rica e uma parte significativa da classe média. No circuito inferior, encontram-se atividades menos intensivas em capital, voltadas principalmente para as classes mais pobres. A hierarquia urbana é estruturada para que cada centro possa participar dos dois circuitos, resultando em três níveis hierárquicos: metrópoles, cidades intermediárias e cidades locais. As metrópoles exercem uma influência mais ampla, enquanto as cidades locais atraem moradores de outras áreas com serviços mais elementares.

Figura 4 – Modelo de redes dos dois circuitos da economia



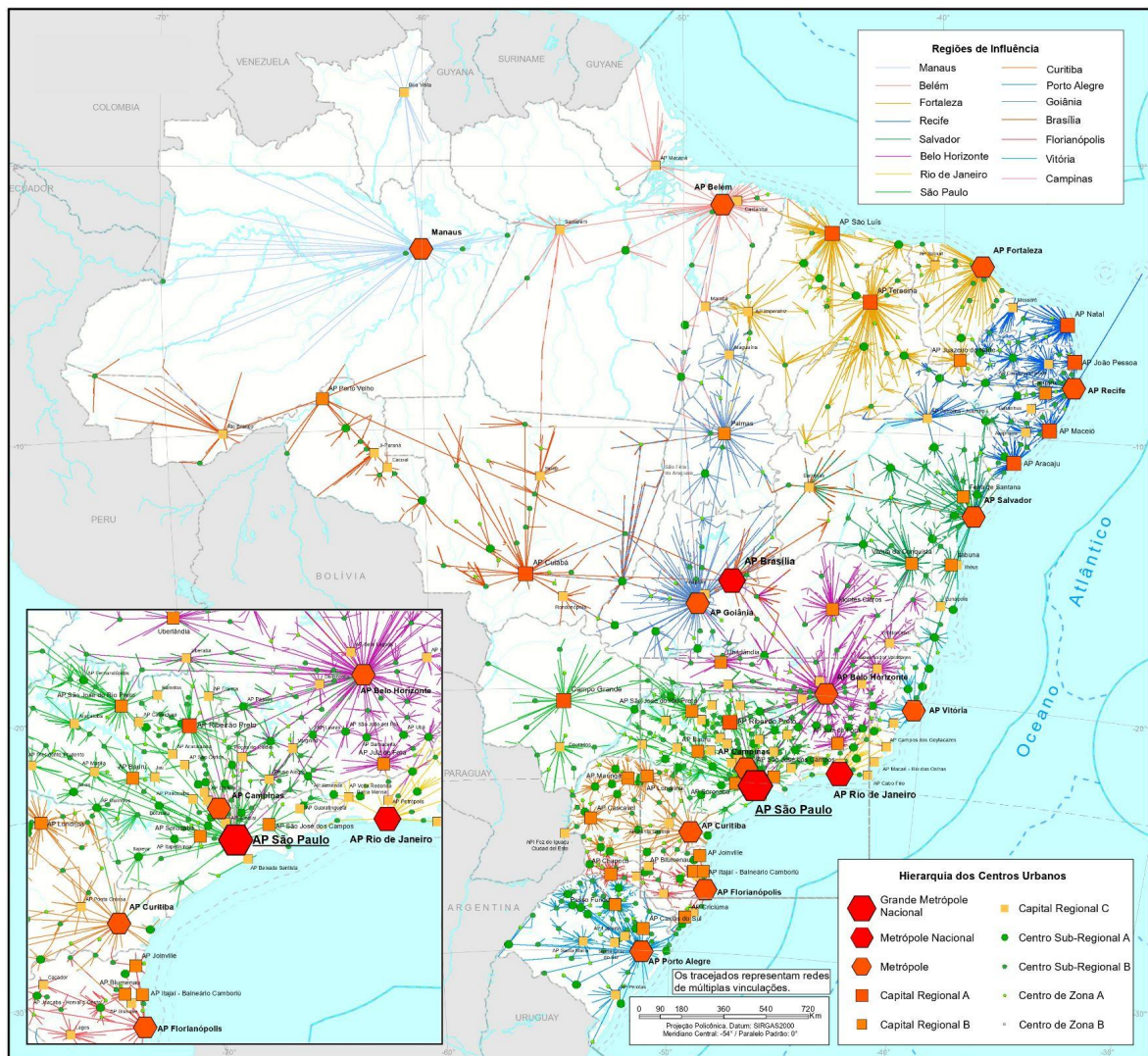
Fonte: Corrêa (2011, p. 78).

A configuração da rede urbana brasileira é marcada pela interconexão de centros urbanos com diferentes níveis de hierarquia, estabelecendo uma progressão que se estende dos centros menores em direção às principais metrópoles, que funcionam como terminais de convergência nessa estrutura em forma de rede. Além dessas

conexões representadas na rede final, é importante destacar a existência de ligações entre as próprias metrópoles.

Quando observamos o resultado coletivo dessas conexões em todo o conjunto de cidades, torna-se evidente a existência de centros urbanos de maior relevância, onde há uma concentração significativa de fluxos. O estudo das “Regiões de Influência das Cidades 2018” (IBGE, 2020) incluiu a elaboração de mapas com o objetivo de identificar as 15 principais metrópoles de nível mais elevado na hierarquia urbana brasileira, juntamente com suas áreas de influência (Figura 5). Essas áreas foram representadas no mapa por linhas coloridas, cada cor correspondendo a uma rede urbana específica.

Figura 5 – Mapa da rede urbana do Brasil (Hierarquia dos Centros), 2018



Fonte: IBGE, 2020.

Vale ressaltar que, nesse contexto, o IBGE (2020) determina também arranjos populacionais como conjuntos territoriais constituídos por múltiplos municípios que demonstram integração substancial, seja devido à proximidade de suas áreas urbanizadas ou à frequente mobilidade dos residentes. Essa definição possibilita que um arranjo populacional possa incluir uma região metropolitana.

A análise da rede urbana, considerando os diversos elementos discutidos, revela que essa estrutura complexa se manifesta de maneira diversificada, mas, sua essência reside na interconexão de centros urbanos de diferentes hierarquias e funções. A rede urbana é dinâmica e traz o reflexo das relações sociais e econômicas de produção em constante evolução. Ela se adapta e se transforma em resposta às mudanças nas condições sociais, econômicas e culturais de uma região. Portanto, a rede urbana não é um conceito estático, mas sim, uma representação das dinâmicas socioespaciais em constante movimento, refletindo a complexa teia de relações que molda o ambiente urbano (Corrêa, 2011; Santos, 2008).

O entendimento da rede urbana é fundamental para analisar como as cidades desempenham papéis cruciais no contexto de uma região. As redes urbanas, ao abordarem a interconexão e interdependência entre diferentes centros urbanos, estabelecem um pano de fundo significativo para a formação e o funcionamento das regiões metropolitanas. Embora distintas, rede urbana e região se conectam por meio das cidades, que produzem bens e serviços diversos para atender às demandas urbanas e rurais, abrangendo uma ampla gama de atividades. Portanto, ao explorar as características e implicações das redes urbanas, é interessante abordarmos a discussão sobre o papel crucial das regiões metropolitanas no contexto mais amplo da organização espacial e desenvolvimento urbano.

1.2 REGIÕES METROPOLITANAS NO BRASIL: PASSADO (1973-1987) E PRESENTE (1988-2023)

Para compreender uma Região Metropolitana e sua dinâmica se faz necessário uma compreensão do conceito de região, ainda que de forma não aprofundada, considerando o caráter múltiplo, dinâmico e diverso de tal concepção como abordado por Kayser (1973 [1964], p. 2482 *apud* Silva, 2020 p.4):

Uma região é, sobre a terra, um espaço preciso, mas não é imutável, inscrito em um quadro natural determinado, e que responde a três características essenciais: os laços existentes entre seus habitantes, sua organização em torno de um centro dotado de certa autonomia, e sua integração funcional em uma economia global. Ela é o resultado de uma associação de fatores ativos e passivos de intensidades variáveis, cuja dinâmica própria está na origem dos equilíbrios internos e da projeção espacial.

Partindo deste conceito voltado a regiões, se estabelece um entendimento inicial sobre as Regiões Metropolitanas, as quais também se formam a partir de laços existentes, desta vez entre municípios, organização em torno de centro, a metrópole, que possui uma integração funcional. Conforme assinala Carmo (2015, p. 2)

Há uma dificuldade em diferenciar o que seria o planejamento metropolitano do regional, [...] o metropolitano não deixa de ser uma região. Tenta-se, entretanto, estabelecer o metropolitano enquanto escala territorial e política, definida pelo fenômeno da metropolização, mas sobretudo pela institucionalização e delimitação legal (Carmo, 2015, p. 2).

As Regiões Metropolitanas, no Brasil, passaram por diferentes definições e conceituações ao longo do tempo. Para uma compreensão mais sintética, podemos dividir essa trajetória em dois momentos: o passado e o presente. No período que consideramos como passado, será abrangido desde o contexto histórico brasileiro da criação das primeiras Regiões Metropolitanas (1973-1987), enquanto o presente se inicia a partir da promulgação da Constituição de 1988 até os dias atuais (2023).

O aumento dos deslocamentos populacionais a partir de 1930, impulsionados pela transição do foco econômico do setor agrícola para o setor industrial, desempenhou um papel crucial no processo de urbanização no Brasil. A partir de 1950, essa industrialização se concentrou na fabricação de produtos duráveis e insumos industriais. Essa mudança teve como resultado a transformação do cenário urbano, com a expansão vertical desencadeando um boom imobiliário nas áreas urbanas centrais como consequência de um significativo aumento da população urbana.

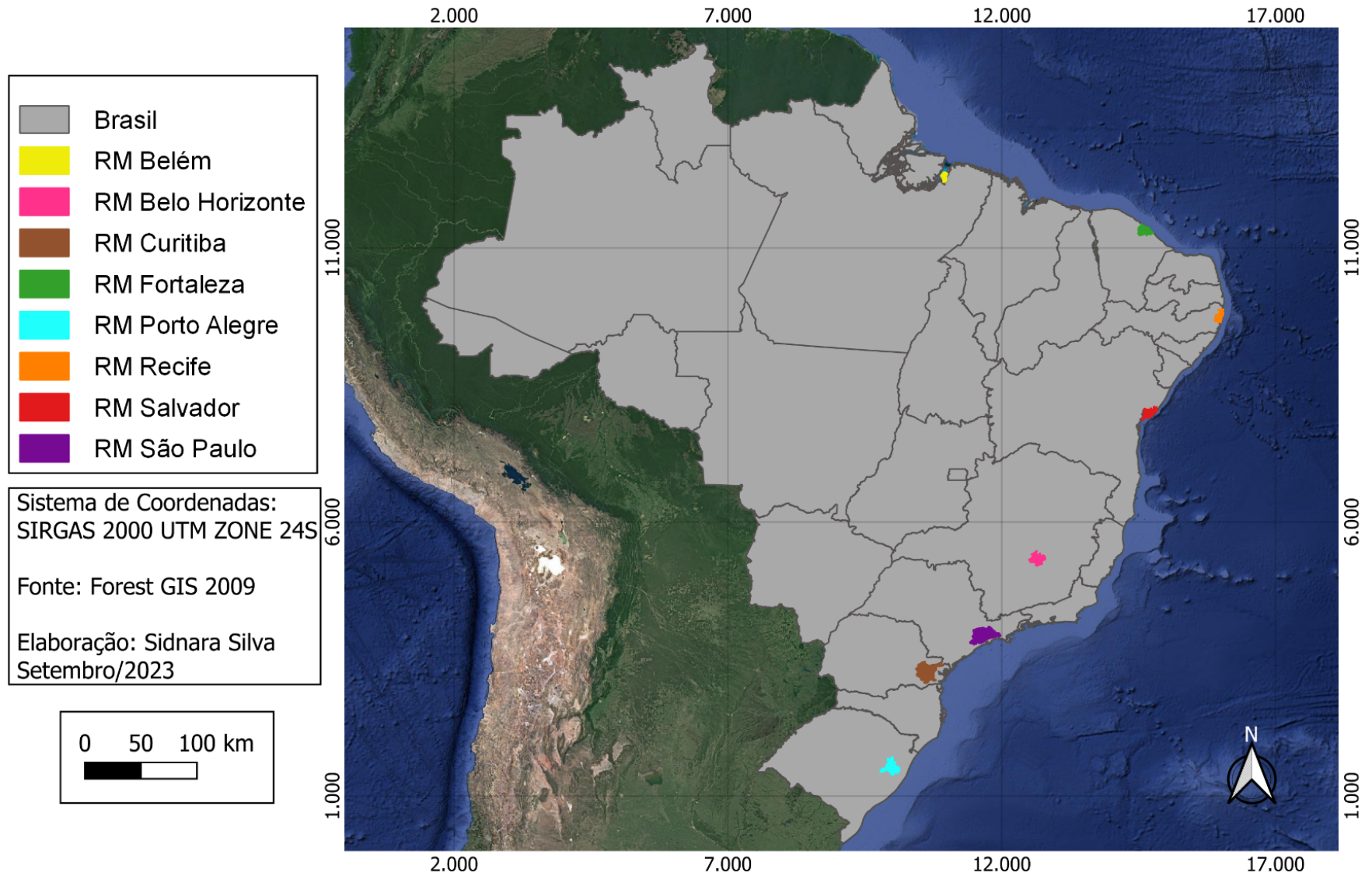
Embora as questões urbanas e regionais tenham sido uma preocupação nas políticas brasileiras desde os tempos coloniais, foi na década de 1960 que se acentuou a forte urbanização no país resultando na formação de grandes concentrações urbanas em todo o território nacional. A intensidade e a precariedade desse processo criaram desafios significativos para o planejamento estatal, reforçando a necessidade de uma política urbana de alcance nacional que

abordasse a problemática metropolitana. A partir de 1960 o IBGE já desenvolvia pesquisas acerca de definições e qualificações voltadas a aglomerações populacionais e metropolitanas, e tinha como critérios básicos a delimitação a partir da população, das atividades e da integração. Nesta mesma década, o Brasil enfrentou o início da ditadura militar, um período de autoritarismo que perdurou até meados da década de 1980. Durante esse regime, as liberdades civis foram restringidas, a imprensa censurada e houve perseguições políticas. Além disso, o regime promoveu políticas econômicas que favoreceram as elites empresariais, ampliando as diferenciações socioespaciais.

Assim como a monarquia portuguesa utilizou a instituição municipal para neutralizar o poder e a autonomia dos senhores de engenho e fazendeiros, além de coletar rendas e serviços, visando garantir o sucesso do empreendimento colonial (Faoro, 2001), especulo ao dizer que, o regime militar brasileiro (1964-1985) criou as Regiões Metropolitanas, que englobam uma parcela significativa da população brasileira, com o intuito de exercer controle político e econômico. Na constituição de 1967, com o objetivo de conceituação, mas voltado a apenas normatizar a atuação do Estado, incluiu-se as disposições sobre aquelas regiões em seu título III - Da ordem econômica e social, através do Art. 157, § 10, "A União, mediante lei complementar, poderá estabelecer regiões metropolitanas, constituídas por Municípios que, independentemente de sua vinculação administrativa, integrem a mesma comunidade sócio-econômica [...]" (Brasil, 1967).

Apesar de consolidadas e reconhecidas como forma de organização territorial, as Regiões Metropolitanas foram oficialmente instituídas no Brasil somente em 1973, por meio da Lei Complementar nº 14/1973 (Brasil, 1973). Em 8 de junho de 1973 foram criadas as primeiras oito Regiões Metropolitanas do país: Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo (Figura 5). Tais regiões estabeleceram um formato de gestão comportados de dois Conselhos, "um Deliberativo e outro Consultivo" (Hotz, 2000, p. 92). O Conselho Deliberativo, era composto por membros nomeados pelo governador do Estado, e o Conselho Consultivo, formado pelos prefeitos ou seus representantes sob a liderança do presidente do Conselho Deliberativo, tendo, portanto, um poder mais limitado.

Figura 6 – Mapa das Regiões Metropolitanas (RM) do Brasil, 1973



Assim como a cidade primaz nas redes dendríticas, e “inspirado na teoria dos polos de desenvolvimento, no qual o centro mais dinâmico das Regiões Metropolitanas acabou adquirindo preponderância nas decisões e na absorção dos investimentos” (Schasberg; Lopes, 2011, p. 221), o modelo político hierárquico teve como essência a forma de centralização e controle econômico e político pelo regime militar.

Entre 1975 e 1979, a primeira Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) foi implementada como parte da Segunda Política Nacional de Desenvolvimento (II PND), visando abordar as desigualdades regionais e a concentração urbana. Esta política, buscava mecanismos para apoiar as Regiões Metropolitanas recém-criadas, trazendo questões tanto intraurbanas quanto interurbanas. A PNDU de 1980 definiu um programa estratégico com um conjunto de ações específicas para cada região, conforme sua categorização na rede urbana nacional, e ações comuns à todas, abrangendo medidas de organização territorial das cidades.

Entretanto, a partir de 1985, a crise fiscal e econômica levou ao colapso dos órgãos de fomento e de gestão metropolitana. Além disso, o neoliberalismo provocou a interrupção na formulação das políticas públicas de caráter nacional pelo Governo Federal. Isso levou a um período de relativo abandono das questões urbanas e metropolitanas na agenda nacional, que só começou a ser retomado com a inclusão do tema na Constituição de 1988, após uma mobilização social consistente. Durante o período de 1973 a 1988 foram criadas mais 8 Regiões Metropolitanas, além das 9 primeiras já instituídas. Portanto, ao todo, nesse período, foram criadas 17 Regiões Metropolitanas no país.

A transição entre esses dois momentos (passado e presente) na evolução das políticas de desenvolvimento urbano e das Regiões Metropolitanas no Brasil marcou uma mudança significativa na abordagem e na implementação dessas políticas. A promulgação da Constituição de 1988, teve como ênfase, nesse contexto, a descentralização do poder das Regiões Metropolitanas, antes da União, para os estados da Federação.

Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum (Brasil, 1988, Art. 25 §3º, p. 18).

A partir de então houve uma expansão no número de categorias relacionadas às unidades regionais, incluindo as aglomerações urbanas e microrregiões (Brasil, 1988).

Essa expansão se mostrou benéfica, uma vez que possibilitou a organização regional em qualquer parte do país sem depender exclusivamente da figura de uma região metropolitana, reservando esta categoria apenas para regiões com funções e estruturas claramente metropolitanas, evitando também que a necessidade de organização regional ficasse bloqueada pela exclusividade das Regiões Metropolitanas.

Como as constituições estaduais de 1989 seguiram a mesma abordagem que a Constituição Federal, não estabelecendo mecanismos de gestão metropolitana nem definindo critérios claros para a demarcação das Regiões, como resultado, nos anos seguintes, houve uma disseminação da criação de Regiões Metropolitanas em todo o país, com variações significativas em termos de tamanho geográfico, população e objetivos programáticos na agenda regional (Schvarsberg, Lopes, 2011).

O processo de tramitação da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) também não apresentou deliberações referentes às Regiões Metropolitanas, abarcando o mesmo privilégio do município diante as demais escalas abordadas pela Constituição de 1988. Somente em 2015, com a promulgação da Lei nº 13.089/2015, denominado Estatuto da MetrÓpole, houve o marco regulatório da temática metropolitana, já que surgiu como uma tentativa de sanar as lacunas deixadas pelo Estatuto da Cidade.

De modo geral, é possível trazer uma análise sobre o arcabouço do Estatuto da MetrÓpole de acordo com seus capítulos. No Capítulo I, define seus objetivos gerais, incluindo a governança interfederativa e conceitos fundamentais. O Capítulo II aborda os requisitos para a formalização das Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas, enquanto o Capítulo III enfatiza o equilíbrio interfederativo e a gestão democrática das cidades. O Capítulo IV detalha os instrumentos para a implementação, como o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), e o Capítulo V aborda o papel da União, exigindo gestão plena para o reconhecimento e classificando as Regiões Metropolitanas que não atendem aos critérios como Aglomeração Urbana. Por fim, o Capítulo VI institucionaliza o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU)

Conforme estabelecido no primeiro artigo da legislação em referência, seu principal propósito consiste em delinear diretrizes amplas para o planejamento, administração e execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e aglomerações urbanas estipuladas pelos Estados. Essa normativa também opera como disposição geral sobre o plano de desenvolvimento urbano integrado e outros meios de governança interfederativa, estipulando critérios para o respaldo da União a iniciativas que abordam a governança interfederativa no âmbito do desenvolvimento urbano.

A legislação em discussão apresenta algumas definições com o intuito de proporcionar uma compreensão mais clara de suas disposições como a de Aglomeração Urbana sendo uma unidade territorial urbana formada por dois ou mais municípios limítrofes, com complementaridade funcional e integração geográfica, ambiental, política e socioeconômica, Metrópole sendo o espaço urbano contínuo com relevância política, socioeconômica e influência nacional ou sobre uma região equivalente à área de influência de uma capital regional; Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado que é um instrumento baseado em processo contínuo de planejamento que estabelece diretrizes para o desenvolvimento urbano de uma região metropolitana ou aglomeração urbana; Região Metropolitana como uma aglomeração urbana que se configura como uma metrópole.

O Estatuto da Metrópole introduziu uma inovação significativa na gestão pública dos entes federativos que compõem a região metropolitana: a governança interfederativa. Refere-se a um modelo de administração que vai além das fronteiras e atribuições de um único município. Esse modelo permite que políticas setoriais voltadas para o conjunto de municípios, seja em aglomerados urbanos ou regiões metropolitanas, possam promover as transformações urbanísticas necessárias para expandir as oportunidades de concretização dos direitos fundamentais naquela área específica.

A governança interfederativa se baseia em princípios voltados a prioridade do interesse comum sobre o local, compartilhamento de responsabilidades para promover o desenvolvimento urbano integrado, preservação da autonomia dos entes federativos, consideração das peculiaridades regionais e locais, adoção de uma gestão democrática da cidade, eficácia no uso dos recursos públicos, e busca pelo desenvolvimento sustentável.

Inicialmente, a redação do Estatuto da Metrópole apresentava uma clara relação entre a metrópole e a região metropolitana, destacando que uma região metropolitana deveria ser qualificada pela presença de uma metrópole. No entanto, as alterações feitas na legislação em 2018, pela Lei nº 13.683/2018, desconfiguraram essa relação, tornando a definição menos precisa, conforme Art. 2º, inciso VII:

Região metropolitana: unidade regional instituída pelos Estados, mediante lei complementar, constituída por agrupamento de Municípios limítrofes para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum [...] (Brasil, 2018, p. 2).

Vale ressaltar também a existência das Regiões Integradas de Desenvolvimento Regional (RIDE) que são entidades regionais criadas para promover a integração de municípios situados em estados diferentes em áreas de interesse socioeconômico comum. O principal objetivo da RIDE é coordenar ações governamentais em prol do desenvolvimento dessas regiões. A compreensão das definições e alterações legislativas estabeleceram o cenário para uma análise mais aprofundada das próprias Regiões Metropolitanas no Brasil, sendo possível explorar dados relevantes que destacam as diferenças e semelhanças entre essas unidades regionais.

No Brasil, entre o período de 1973 até 1988, foram instituídas 17 Regiões Metropolitanas. Após a Constituição Federal de 1988 até 2010 o número de Regiões Metropolitanas haviam aumentado para 36. Isso indicou um aumento significativo no número de Regiões Metropolitanas e uma tendência de metropolização institucional por todo o país. Apesar dos desafios no planejamento, gestão e governança metropolitana, a criação de novas Regiões Metropolitanas continuou a avançar nas décadas seguintes. Em algum grau, entende-se que isso pode ser atribuído principalmente aos benefícios percebidos de estar dentro de uma Região Metropolitana e também ao interesse em fazer parte desses arranjos institucionais. Até meados de 2020, o número de Regiões Metropolitanas no país havia mais que dobrado, atingindo um total de 76 Regiões Metropolitanas (Costa, 2021). Esse aumento refletiu o interesse contínuo na criação de Regiões Metropolitanas como uma forma de lidar com questões metropolitanas (Tabela 1).

Tabela 1 – Número de Regiões Metropolitanas e de municípios metropolitanos no Brasil por macrorregião (2020)

Regiões	Regiões Metropolitanas	Municípios
Norte	10	73
Nordeste	33	381
Centro-Oeste	2	27
Sudeste	10	234
Sul	21	361
Brasil	76	1076

Fonte: Costa, 2021.

A partir da análise da distribuição das Regiões Metropolitanas no território brasileiro (Tabela 1), verifica-se que apesar de haver um maior número de Regiões Metropolitanas na Região Nordeste do Brasil, é na Região Sul que ocorre uma maior concentração delas devido ao tamanho da região. Isso significa que a Região Sul tem uma densidade maior de Regiões Metropolitanas em relação à sua área geográfica.

As Regiões Metropolitanas brasileiras são caracterizadas pelo seu quantitativo populacional significativo (Tabela 2), de acordo com padrões internacionais de comparação. São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo, abrigam mais de 10 milhões de habitantes cada um, enquanto a maioria das Regiões Metropolitanas está na faixa de 3 milhões a 5 milhões de habitantes, onde até mesmo a menor Região Metropolitana, Belém, tinha uma população acima de mais de 2 milhões de habitantes em 2010. Essas Regiões Metropolitanas representavam aproximadamente 30% da população total do Brasil em 2010.

A tendência de crescimento e diminuição da população das Regiões Metropolitanas se manifesta de formas diferentes entre si. Algumas, como São Paulo e Rio de Janeiro diminuíram sua população relativa (1980/2000), ainda que sua população total tenha constantemente aumentado, revelando uma reversão da concentração da população urbana em favor principalmente de cidades de médio porte (Andrade; Serra, 2001), entretanto devido ao intenso dinamismo econômico dessas áreas metropolitanas, é visível que as suas populações relativas voltaram a aumentar em 2010 (Tabela 2).

Tabela 2 – Evolução da população por Região Metropolitana – Brasil (1970-2010)

Região Metropolitana	1970		1980		1991		2000		2010	
	População (milhões)	%*	População (milhões)	%	População (milhões)	%	População (milhões)	%	População (milhões)	%
São Paulo	8,1	8,74	12,5	10,58	15,4	10,52	17,1	10,13	19,6	10,31
Rio de Janeiro	6,8	7,40	8,7	7,37	9,8	6,68	10,1	5,96	11,8	6,20
Belo Horizonte	1,7	1,85	2,6	2,25	3,5	2,39	4,2	2,51	5,4	2,83
Porto Alegre	1,5	1,71	2,3	1,94	3,0	2,06	3,4	2,06	3,9	2,07
Curitiba	0,8	0,94	1,4	1,26	2,0	1,40	2,4	1,45	3,1	1,66
Salvador	1,1	1,23	1,7	1,48	2,4	1,70	3,0	1,78	3,5	1,87
Recife	1,7	1,92	2,3	2,01	2,9	1,99	3,3	1,96	3,6	1,93
Fortaleza	1,0	1,17	1,6	1,39	2,4	1,64	2,7	1,64	3,6	1,89
Belém	0,6	0,72	1,0	0,86	1,4	0,95	1,6	0,99	2,3	1,10
Brasil	93,1	100	119,0	100	146,8	100	169,5	100	190,7	100

Fonte: IBGE – Censos Demográficos (1970,1980, 2000 e 2010). Elaborada pela autora.

*Nota: percentual da população da Região Metropolitana em relação a população do Brasil

Em linhas gerais, quanto mais densa é uma Região Metropolitana, maior tende a ser sua rede urbana. A densidade populacional está diretamente relacionada à concentração de atividades econômicas, sobretudo as oportunidades de emprego. As Regiões Metropolitanas geralmente abrigam uma diversidade maior de indústrias, empresas e serviços, o que atrai uma população significativa em busca de trabalho e melhores condições de vida, criando assim uma rede urbana mais densas.

Além disso, a densidade populacional está ligada também à infraestrutura e aos serviços públicos nas quais as Regiões Metropolitanas demandam infraestruturas mais robustas, como sistemas de transporte público, rodovias e redes de água e saneamento. Esses sistemas interligam as cidades e facilitam a circulação de pessoas e mercadorias, expandindo a rede urbana. No entanto, é importante ressaltar que, embora a densidade possa aumentar o tamanho da rede urbana, ela também traz desafios significativos, como congestionamento, habitação cara e pressão sobre os recursos naturais. Portanto, o planejamento urbano cuidadoso é essencial para garantir que o crescimento da rede urbana seja sustentável e proporcione qualidade de vida aos habitantes, mitigando as diferenciações socioespaciais urbanas.

No contexto mais amplo das regiões metropolitanas no Brasil, é essencial destacar a diversidade e complexidade dessas áreas urbanas, cada uma com características próprias que demandam análises específicas. Nesse sentido, o próximo capítulo direciona a atenção para a Região Metropolitana de Salvador, onde encontramos um cenário peculiar que merece uma abordagem específica. Ao explorarmos os elementos singulares desta metrópole, poderemos compreender não só suas especificidades e evolução, como os princípios gerais se manifestam em contextos regionais específicos.

2. ESPECIFICIDADES E EVOLUÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

Para abordar as especificidades e evolução da Região Metropolitana de Salvador cabe contextualizar a situação da metrópole desde sua gênese em 1549, a qual já inicia com a função de metrópole (Santos, 1959, p. 192 *apud* Carvalho; Pereira,

2014, p.22), pelos portugueses, com o objetivo de administrar toda a colônia, o Brasil, até 1763 quando passa a posição ao Rio de Janeiro.

Salvador é uma criação da economia especulativa, a metrópole de uma economia agrícola comercial antiga que ainda subsiste: ela conserva funções que lhe deram um papel regional e embora penetrada pelas novas formas de vida, devidas à sua participação nos modos de vida do mundo industrial, mostra, ainda, na paisagem, aspectos materiais de outros períodos.

Até meados do século XX, Salvador desempenhava um papel fundamental como metrópole no Brasil, com funções portuárias, políticas, administrativas e financeiras. Sua economia era baseada na produção de *commodities* agrícolas, como açúcar e fumo em Salvador e no Recôncavo Baiano. Posteriormente, o cacau se tornou relevante no litoral sul, complementando a economia. O sisal e outros produtos também contribuíram no início do século XX e junto a pecuária possibilitou a ocupação do interior. O cacau, em particular, era o carro-chefe das exportações baianas até a década de 1960, mas a expansão global da produção deslocou a Bahia para uma posição secundária (Prado, 1970, p. 248 *apud* Almeida, 2006, p.14) e, Salvador, apesar de ser uma cidade-metrópole, possuía pouco dinamismo econômico, sendo o Sudeste, especialmente São Paulo, o centro econômico.

A integração do mercado nacional por meio de rodovias, principalmente a BR-116, facilitou o comércio interestadual e a migração de mão de obra. Bem como a descoberta de petróleo no Recôncavo na década de 1950, seguidas pela industrialização nos anos entre 1960 e 1970, incluindo a criação do Polo Petroquímico de Camaçari e Centro Industrial de Aratu (CIA). Em 1967, no estado da Bahia, foi estabelecido o Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo (CONDER). Este órgão passou por uma transformação em 1974, onde assumiu o papel central no planejamento metropolitano. Em 1982, essa instituição elaborou o Plano Metropolitano de Desenvolvimento (PMD), cujo propósito fundamental era revitalizar e reinterpretar a dinâmica metropolitana considerando as influências do desenvolvimento regional. Conforme já salientado, após a Constituição Federal de 1988, a responsabilidade de criar regiões metropolitanas foi repassada aos estados, resultando na integração de planejamento e execução de políticas sem um guia claro de diretrizes.

A partir de 1999, a Conder assumiu responsabilidades pelo desenvolvimento urbano em todo o estado da Bahia. Entretanto, em 2009, sua finalidade foi alterada, deixando de ser um órgão de planejamento para se tornar um órgão executor. Além disso, essa alteração trouxe consigo uma transferência de competência importante no que diz respeito à gestão metropolitana. A responsabilidade pela gestão, que anteriormente estava sob a alçada da Conder, foi transferida para a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR).

Entrelaçado nesse contexto, a discussão sobre a Região Metropolitana de Salvador começou nos anos 1970, quando o regime militar culminou a sua criação oficial em 08 de junho de 1973 através da Lei Complementar nº 14. Conforme o “Art. 1º - Ficam estabelecidas, na forma do art. 164 da Constituição, as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza.” (Brasil, 1988, Art. 1).

Em sua configuração inicial (1973), a Região Metropolitana de Salvador possuía oito municípios: Camaçari, Candeias, Itaparica, Lauro de Freitas, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz (Figura 7). Com a emancipação de Dias D'Ávila (1985), do município de Camaçari, e de Madre de Deus (1990), que era anteriormente um distrito de Salvador, o número de municípios na Região Metropolitana de Salvador aumentou para dez (Figura 8).

Junto a isso, sua extensão foi ampliada a 12 municípios com a inclusão dos municípios de São Sebastião do Passé e Mata de São João, como estabelecido na Lei Complementar nº 30/2008 em 03/01/2008. É importante salientar que a incorporação de Mata de São João à Região Metropolitana de Salvador está ligada ao significativo papel do turismo em sua costa, enquanto São Sebastião do Passé está associado ao setor industrial e outros serviços, principalmente, relacionados à exploração de petróleo no Recôncavo. Por fim, em 22 de janeiro de 2009, o governador Jaques Wagner sancionou a inclusão de Pojuca por meio da Lei Complementar Estadual n.º 32/2009, tornando-a, até o momento atual, o município mais recente a integrar essa região. Desta forma, a Região Metropolitana de Salvador encontra-se constituída por 13 municípios: Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz (Figura 8).

Figura 7 – Mapa da configuração da Região Metropolitana de Salvador, 1973

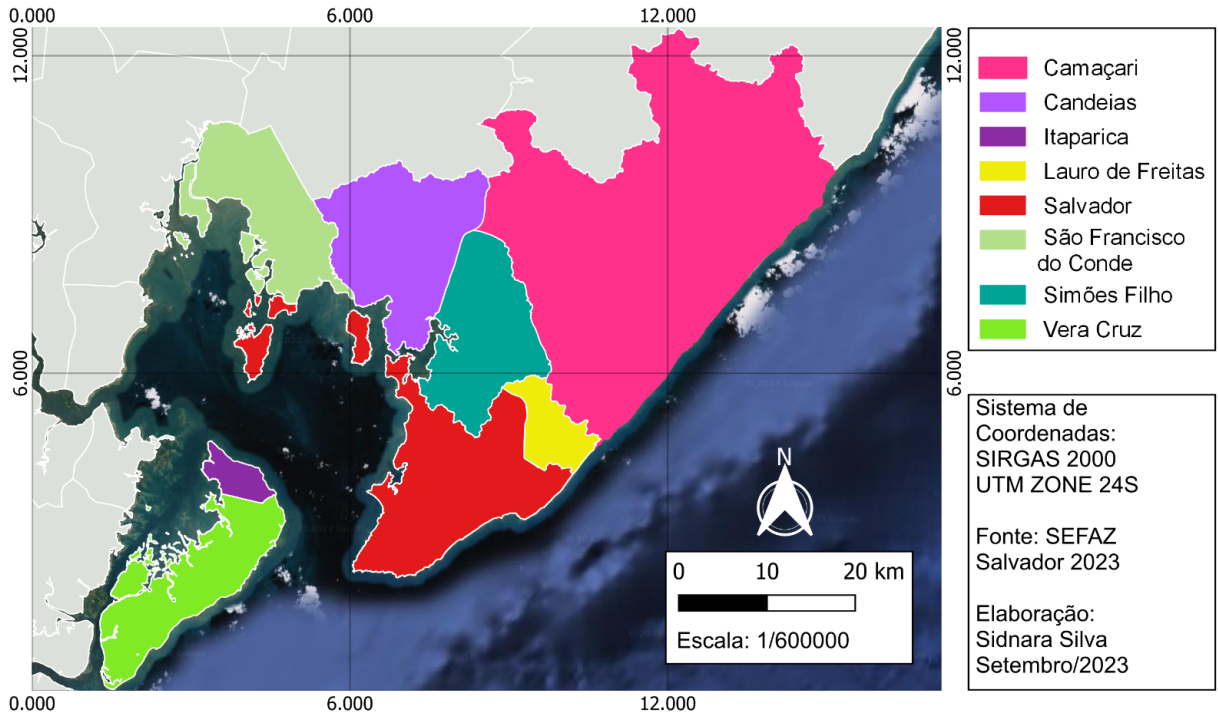
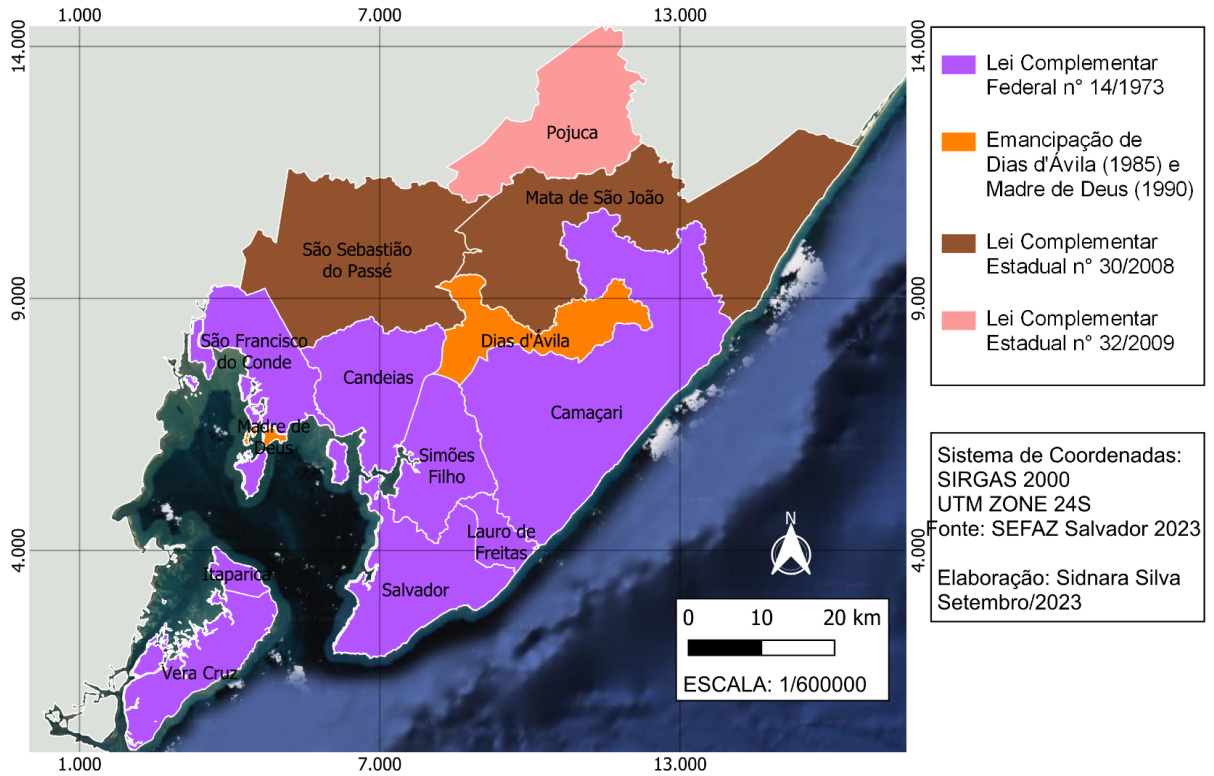


Figura 8 – Mapa da configuração atual da Região Metropolitana de Salvador (2023)



Para compreender a Região Metropolitana de Salvador, é essencial considerar não apenas sua evolução territorial, mas também o crescimento e a dinâmica de sua população ao longo do tempo. No período entre os censos (1980-2010), houve um crescimento constante da população na Região Metropolitana de Salvador, com uma média de aumento de 602.416 habitantes a cada censo. Embora o município de Salvador tenha experimentado um significativo aumento populacional nas últimas décadas, e seu percentual em relação à população total da Bahia também tenha crescido, chegando a quase um quinto da população do estado em 2010 com 19,1%. É importante ressaltar que a taxa de concentração da população de Salvador em relação à sua própria região metropolitana tem diminuído ao longo do tempo, passando de 85,0% em 1980 para 74,9% em 2010 (Tabela 3).

Tabela 3 – População da Bahia, Região Metropolitana de Salvador e Salvador (1980-2010)

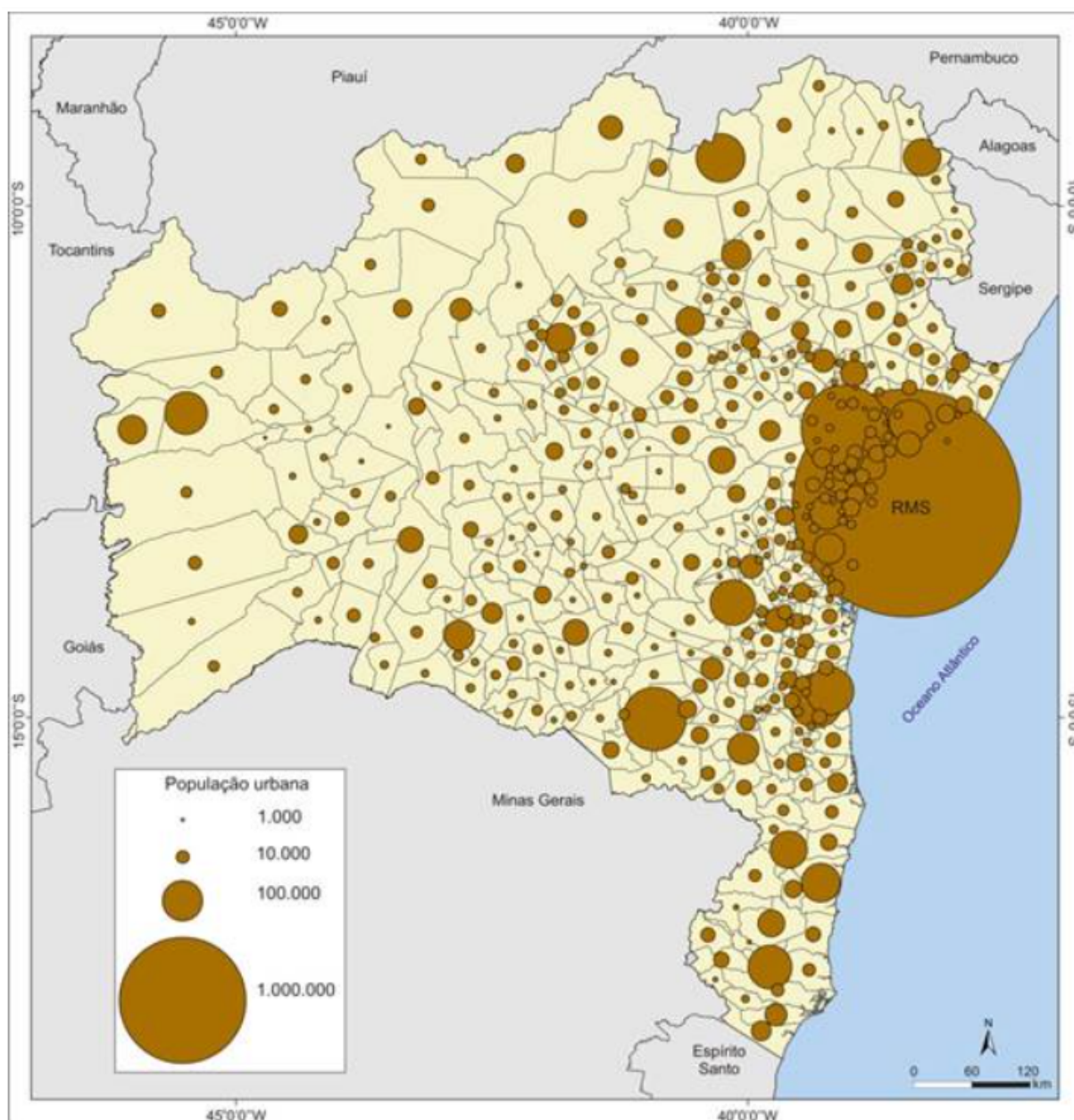
Bahia, RMS e Salvador	População Absoluta e Relativa			
	1980	1991	2000	2010
Bahia	9.455.392	11.801.810	13.066.910	14.016.906
RMS*	1.766.724	2.472.131	3.018.285	3.573.973
Salvador	1.502.013	2.056.013	2.440.828	2.675.656
RMS/Bahia (%)	18,7	20,9	23,1	25,50
Salvador/RMS (%)	85,0	83,2	80,87	74,9
Salvador/Bahia (%)	15,9	17,4	18,7	19,1

Fonte: IBGE – Censos Demográficos (1980, 1991, 2000, 2010). Elaborada pela autora.

*Nota: Em 1980, a RMS era composta por 8 municípios, em 1991 e 2000 por 10 municípios, e em 2010 por 13 municípios.

Nota-se que a população da Região Metropolitana de Salvador em relação com a população total da Bahia vem aumentando seu percentual gradativamente ao longo dos anos, chegando a um quarto da população total do estado em 2010. Com o objetivo de visualizar essa macrocefalia metropolitana, Carvalho e Pereira (2014), tomando como parâmetro os dados do IBGE (Coletados a partir do Sidra, 2010), apresentam a distribuição populacional das áreas urbanas na Região Metropolitana de Salvador em comparação com a população urbana da Bahia utilizando a técnica de círculos proporcionais (Figura 9), sendo possível ver além disso a densidade de áreas urbanas próximas também a Região Metropolitana de Salvador.

Figura 9 – Mapa da população urbana da RMS e demais cidades do Estado da Bahia – 2010



Fonte: Carvalho; Pereira, 2014, p. 41.

Obs.: Mapa cujo leitura e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais.

A dinâmica da população na Região Metropolitana de Salvador está intrinsecamente ligada aos fluxos migratórios que ocorreram ao longo do tempo. A análise desses fluxos migratórios é essencial para entender como a população da Região Metropolitana de Salvador evoluiu e se transformou. A Região Metropolitana de Salvador atraiu um grande número de migrantes de diversas regiões do Brasil. Esses fluxos migratórios foram impulsionados por uma variedade de fatores, como a busca por oportunidades de emprego, melhores condições de vida, acesso à

educação e serviços de saúde, entre outros. Salvador, como a principal cidade da Região Metropolitana de Salvador, sempre exerceu um forte magnetismo sobre os migrantes, sendo vista como um centro econômico e cultural.

Ao analisar os fluxos migratórios entre os anos de 1995 e 2010 na Região Metropolitana de Salvador (Tabela 4), podemos identificar mudanças significativas nos padrões desses movimentos. Especificamente, durante a década de 1990, observa-se um aumento significativo nos deslocamentos entre áreas urbanas e também nos fluxos migratórios interestaduais. No entanto, é importante observar que, apesar de uma maior imigração durante esse período em comparação com 2005, houve uma diminuição nesse valor. Essas transformações indicam uma dinâmica mais intensa de migração, com pessoas se deslocando principalmente entre áreas urbanas e, em alguns casos, atravessando as fronteiras estaduais em busca de novas oportunidades e qualidade de vida.

Tabela 4 – Região Metropolitana de Salvador: trocas migratórias (1995-2000 e 2000-2010)

1995 - 2000			2005 - 2010		
Imigrantes	Emigrantes	Saldo	Imigrantes	Emigrantes	Saldo
103.370	65.682	37.688	92.826	66.689	26.137

Fonte: IPEA, 2015.

Além das mudanças em sua composição municipal, geográfica e populacional, a Região Metropolitana de Salvador também experimentou transformações significativas em sua economia, apontando impactos substanciais em seu Produto Interno Bruto (PIB). Na virada do século, a Região Metropolitana de Salvador já se destacava como uma das principais economias do Brasil. No ano de 2002, de acordo com dados do IBGE, essa Região Metropolitana ocupava o quinto lugar entre as regiões metropolitanas do país em termos de criação de valor econômico. Com um PIB estimado em cerca de R\$ 31 bilhões na época, equivalente a US\$ 11,5 bilhões, à taxa de câmbio de US\$ 1 para R\$ 2,70, a Região Metropolitana de Salvador se posicionou como líder no Nordeste em geração de riqueza. Salvador, como parte integrante dessa região metropolitana, também se destacava, ocupando o nono lugar entre as capitais brasileiras em termos de PIB, com R\$ 9,3 bilhões, ou aproximadamente US\$ 3,4 bilhões (Carvalho; Pereira, 2008).

Apesar desses indicadores econômicos promissores, a importância da Região Metropolitana de Salvador no cenário nacional, representando pouco mais de 2% do PIB brasileiro, deve ser analisada em relação à realidade socioeconômica da região. Salvador e sua região metropolitana enfrentavam desafios significativos, como a persistente pobreza que afetava a maioria da população e a notável diferença socioespacial que caracterizava a região. No cenário econômico de 2010 (Tabela 5), a Região Metropolitana de Salvador se posicionava em oitavo lugar em termos PIB entre as Regiões Metropolitanas do Brasil. A mesma classificação se aplicava ao PIB per capita da Região Metropolitana de Salvador, que superava consideravelmente Recife e Fortaleza. No entanto, é importante observar que o PIB per capita da Região Metropolitana de Salvador representava apenas 59,3% do PIB per capita da poderosa Região Metropolitana de São Paulo.

Tabela 5 – PIB total e *per capita* das dez maiores RMs/RIDEs em população – Brasil, 2010

RMs/RIDE	PIB R\$	
	Total	<i>Per capita</i>
RM São Paulo	701.848.591.000	35.656
RM Rio de Janeiro	275.189.466.000	23.251
RIDE do Distrito Federal e entorno	160.213.433.000	43.020
RM Belo Horizonte	120.833.978.000	24.741
RM Porto Alegre	110.776.467.000	27.844
RM Campinas	98.485.075.000	35.209
RM Curitiba	94.994.580.000	29.466
RM Salvador	75.605.691.000	21.155
RM Recife	62.969.963.000	16.271
RM Fortaleza	50.605.705.000	13.996

Fonte: Carvalho; Pereira, 2014.

De acordo com o estudo publicado pelo IBGE (2020), que busca representar uma análise abrangente das redes urbanas no Brasil em 2018, foi possível realizar uma comparação das redes de influência das principais metrópoles do país (Tabela 6). Observa-se que Salvador ocupava uma posição abaixo da média de capitais regionais e centros sub-regionais, entretanto, aparecia como intermediária,

apresentando um número relativamente modesto em comparação, por exemplo, com cidades como Brasília e Curitiba. Todavia o arranjo populacional de Salvador, quanto os centros de zona se mostra acima da média sendo superado apenas por São Paulo, Belo Horizonte, Fortaleza e Recife.

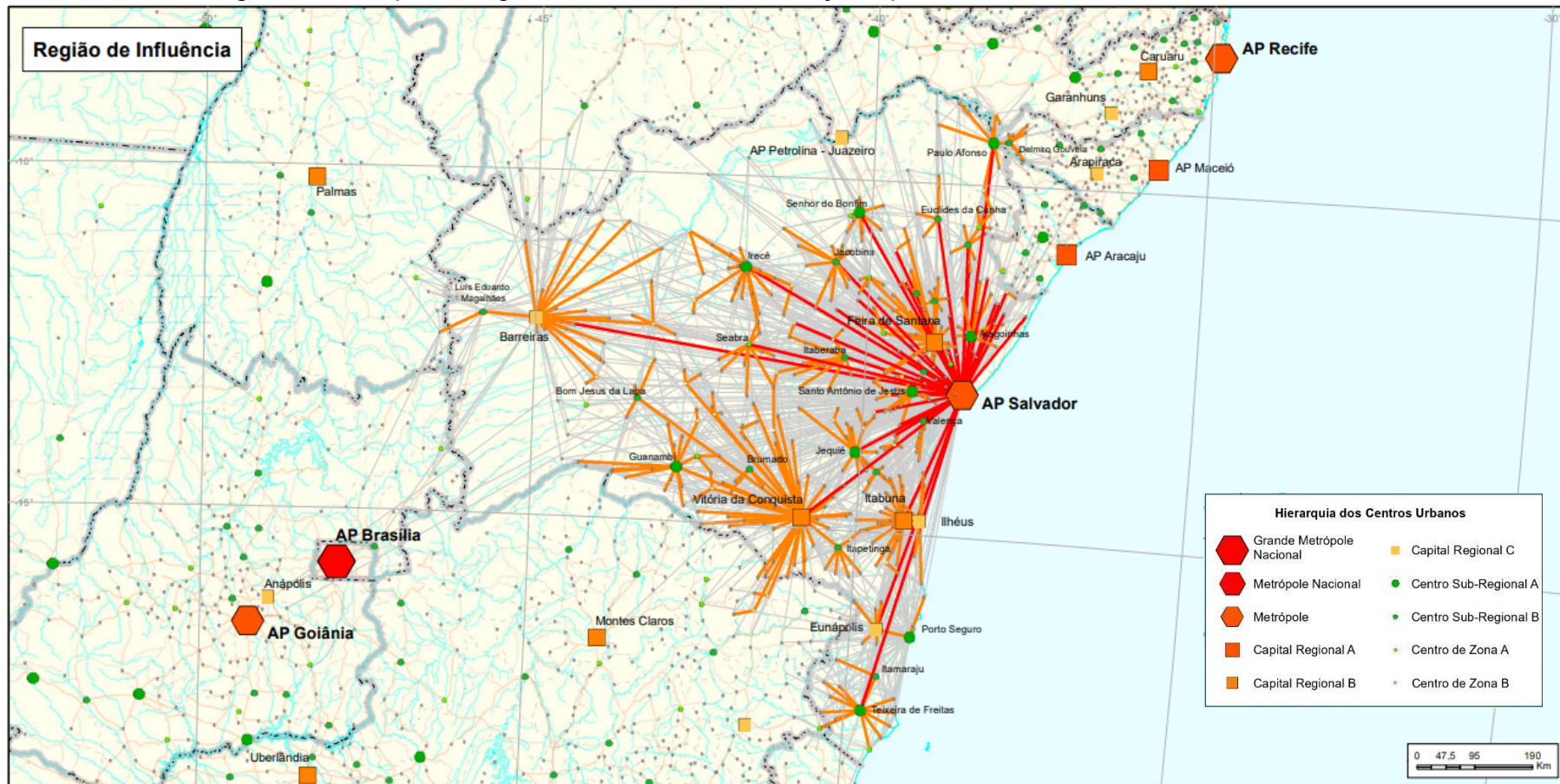
Tabela 6 – Dimensão de algumas das redes urbanas brasileiras de primeiro nível – 2018

Arranjos Populacionais das Redes de primeiro nível	Dimensão				
	Capitais Regionais	Centros Sub-Regionais	Centros de Zona	Cidades	Índice de Primazia
São Paulo/SP	26	77	51	679	10,4
Brasília/DF	8	25	24	277	10,6
Rio de Janeiro/RJ	5	11	3	63	13,6
Belém/PA	4	10	8	157	33,1
Belo Horizonte/MG	12	52	65	752	23,3
Curitiba	5	30	32	373	8,9
Fortaleza/CE	5	34	58	630	9,7
Goiania/GO	3	21	34	364	25,5
Porto Alegre /RS	6	39	37	417	13,2
Recife/PE	10	36	45	720	8,6
Salvador/BA	6	24	39	402	20,3

Fonte: IBGE, 2020.

O estudo realizado pelo IBGE (2020) também incluiu a elaboração do mapa de Arranjo Populacional de Salvador (Figura 10) pontuando sua região de influência no estado da Bahia. O Arranjo Populacional de Salvador é categorizado como uma metrópole nacional que exerce influência sobre todas as Capitais Regionais e Centros Sub-Regionais do estado da Bahia. É evidente que a quantidade de municípios influenciados pelo Arranjo Populacional de Salvador vai diminuindo de acordo com o aumento das suas distâncias. Logo, entre as áreas que mantêm uma considerável distância em relação a Salvador, destacam-se as influências do Arranjo Populacional de Salvador com os municípios de Paulo Afonso, Barreiras, Vitória da Conquista e Teixeira de Freitas.

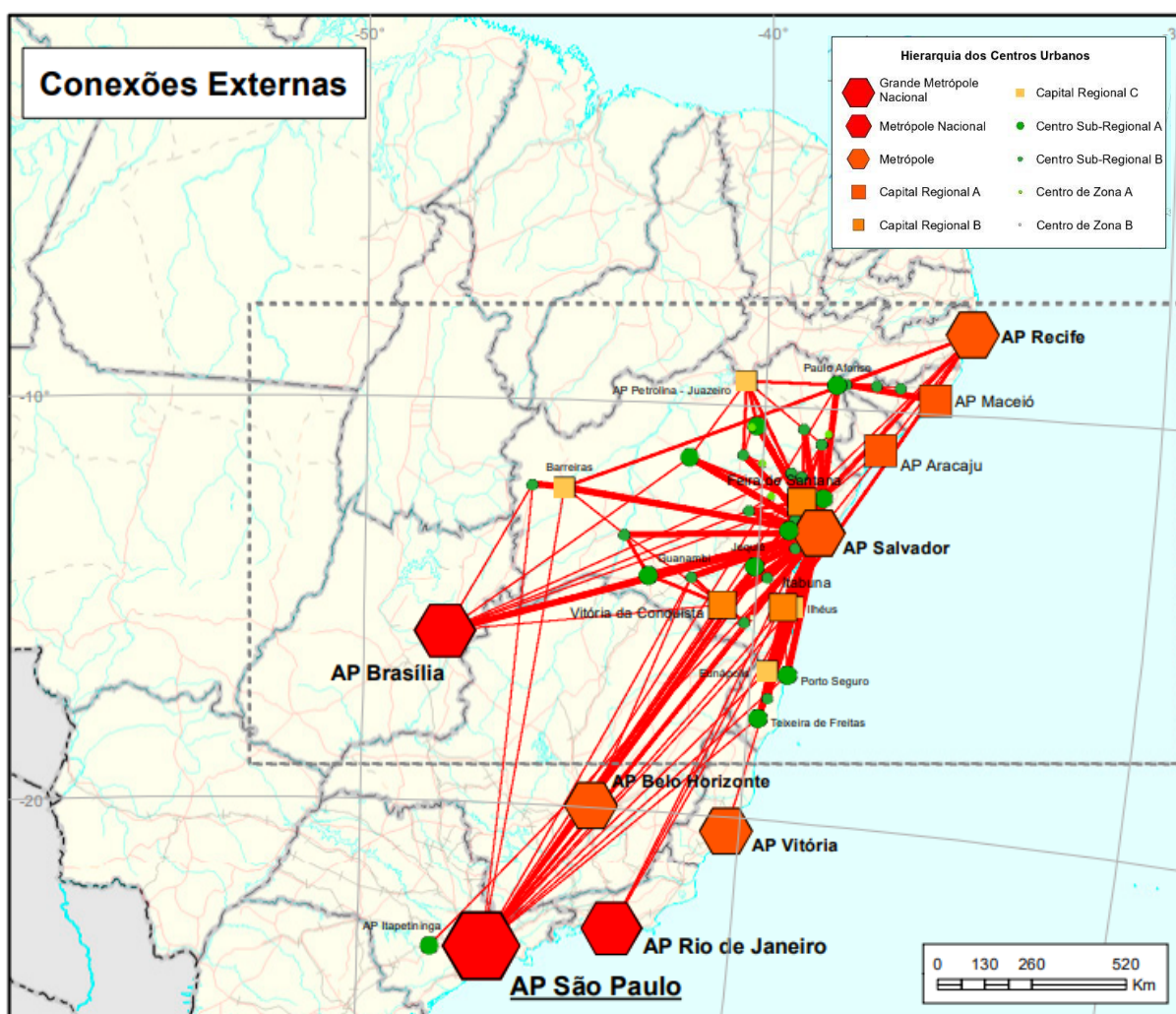
Figura 10 – Mapa da região de influência do Arranjo Populacional de Salvador na Bahia, 2018



Fonte: IBGE, 2020.

A Região Metropolitana de Salvador demonstra um notável crescimento e evolução ao longo do tempo, abrangendo não apenas aspectos territoriais e municipais, mas também populacionais e econômicos. Sua interconexão com outras regiões metropolitanas no Brasil (Figura 11) indicam um papel cada vez mais relevante no contexto não apenas em escala regional, mas, também, em nível nacional. É notável suas fortes conexões com os arranjos populacionais principalmente de São Paulo e Brasília que se baseiam em fatores econômicos e políticos, visto que São Paulo é o epicentro financeiro e industrial do país, enquanto Brasília desempenha o papel de capital federal. Esse progresso contínuo reforça a importância de se compreender as dinâmicas e transformações da Região Metropolitana de Salvador para o crescimento integrado tanto da região em relação ao país quanto no âmbito interno da própria região.

Figura 11 – Mapa das principais interconexões do Arranjo Populacional de Salvador/BA no Território Brasileiro –2018



Fonte: IBGE, 2020.

Ao compreender as especificidades e a evolução da Região Metropolitana de Salvador, torna-se essencial explorar os indicadores socioespaciais urbanos que delineiam sua complexa dinâmica. Esses indicadores desempenham um papel crucial ao proporcionar uma compreensão das interações sociais e espaciais dentro desta área metropolitana única. Ao analisarmos esses indicadores, é possível evidenciar a presença de diferenciações socioespaciais marcantes, revelando as diferenças nas condições de vida e na distribuição de recursos. Dessa forma, a análise dos indicadores socioespaciais urbanos é um passo fundamental para compreensão das características específicas que moldam a Região Metropolitana de Salvador.

3. INDICADORES DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR E SUAS DIFERENCIAÇÕES SOCIOESPACIAIS

Ao abordar o crescimento urbano desigual no contexto da rede urbana brasileira, é fundamental considerar a sua configuração, que se caracteriza pela interconexão de centros urbanos com distintos níveis de hierarquia. Essa interligação é um componente crucial para compreender as disparidades observadas no desenvolvimento urbano. As decisões políticas e as dinâmicas econômicas já mencionadas desempenham um papel determinante na estrutura e no funcionamento dessa rede, influenciando diretamente o curso do crescimento urbano.

Essa heterogeneidade na rede urbana brasileira tem implicações profundas em termos socioespaciais e econômicos. As diferenciações resultantes se propagam por diversas escalas, exercendo impactos significativos nas Regiões Metropolitanas. Essa complexa teia de conexões e interdependências reflete diretamente nas condições de vida das populações locais, contribuindo para a criação e o agravamento da vulnerabilidade social.

Assim, a análise desses processos e interações na rede urbana é essencial para uma compreensão abrangente das diferenciações socioespaciais, destacando a interdependência entre as decisões políticas, dinâmicas econômicas e o desenvolvimento urbano desigual, e como esses elementos determinam as condições de vida das comunidades locais.

Fatores geográficos e históricos desempenham papéis fundamentais no desenvolvimento, exercendo influência tanto em nível local quanto regional. No entanto, é a interação dinâmica desses fatores com aspectos políticos e econômicos que efetivamente molda o cenário de discrepâncias observado. A acumulação de capital, as estratégias adotadas pelos diversos agentes envolvidos e os interesses subjacentes, frequentemente direcionados para o lucro e a mais-valia, acabam por reproduzir padrões que contribuem para a manutenção do desenvolvimento desigual, disperso e segregado em várias escalas (Pereira; Trindade, 2021).

Essa conexão complexa entre fatores geográficos, históricos, políticos e econômicos cria uma rede de relações entrelaçadas que perpetuam as assimetrias, ressaltando a necessidade de abordagens integradas para compreender e enfrentar os desafios relacionados ao desenvolvimento regional e urbano. Nesse contexto, a análise de dados, emerge como uma ferramenta essencial para compreender os padrões socioespaciais entrelaçados entre municípios integrados que perpetuam assimetrias existentes em uma Região Metropolitana.

Ao explorar dados é possível revelar um panorama multifacetado das diferenciações entre municípios. Por meio dessa análise integrada, é possível não apenas capturar a diversidade socioeconômica, mas também formular estratégias mais informadas e eficazes para abordar desafios específicos, promovendo assim uma abordagem mais efetiva para o desenvolvimento sustentável e inclusivo da Região Metropolitana de Salvador.

Conforme os dados do IBGE de 2010, a Região Metropolitana de Salvador apresenta uma predominância urbana significativa, com 98,10% de sua população residindo em áreas urbanas, consolidando-se como a região mais urbanizada da Bahia (Carvalho; Pereira, 2014). Embora alguns municípios, como Mata de São João, Pojuca, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé e Simões Filho, ainda registrem uma parcela considerável de população rural, essa presença é relativamente pequena em relação à população da Região Metropolitana perfazendo menos de 2% da população total, onde o contraste entre o tamanho da população urbana de Salvador e o dos demais municípios destaca-se (Tabela 7).

Tabela 7 – População total, urbano e rural, taxa de urbanização e taxa média de crescimento anual dos municípios da Região Metropolitana de Salvador – 2010

Municípios	População total		População Urbana	População Rural	Taxa de Urbanização	Taxa média de crescimento anual da população (2000-2010)
	(mil)	(%)				
Camaçari	242.970	6,80	231.973	10.997	95,47	4,15
Candeias	83.158	2,33	75.994	7.164	91,39	0,79
Dias d'Ávila	66.440	1,86	62.473	3.967	94,03	3,89
Itaparica	20.725	0,58	20.725	-	100,00	0,92
Lauro de Freitas	163.449	4,57	163.449	-	100,00	3,71
Madre de Deus	17.376	0,49	16.854	522	97,00	3,74
Mata de São João	40.183	1,12	29.825	10.358	74,22	2,13
Pojuca	33.066	0,93	28.378	4.688	85,82	2,35
Salvador	2.675.656	74,87	2.675.656	-	100,00	0,92
São Francisco do Conde	33.183	0,93	27.391	5.792	82,55	2,36
São Sebastião do Passé	42.153	1,18	33.112	9.04	78,55	0,54
Simões Filho	118.047	3,30	105.811	12.236	89,63	2,29
Vera Cruz	37.567	1,05	35.244	2.323	93,82	2,37
Região Metropolitana de Salvador	3.573.973	100	3.506.152	67.821	98,10	1,37

Fonte: IBGE (2010); IPEA (2013); Carvalho; Pereira (2014). Elaborada pela autora.

O crescimento urbano desigual para além das comparações entre Regiões Metropolitanas é uma realidade complexa intrinsecamente conectada à dinâmica da rede urbana, influenciada por uma interação de fatores. A diferenciação observada não é apenas uma consequência da configuração territorial e das particularidades de cada município, apesar de ser algo importante de se pontuar, “A estrutura interna da Região Metropolitana de Salvador, expressa pela relação tamanho-hierarquia, é também desequilibrada” (Carvalho; Pereira, 2014).

Os municípios que compõem a Região Metropolitana de Salvador apresentam elevadas taxas de urbanização, variando de 74% em Mata de São João a 100% em Itaparica, Lauro de Freitas e Salvador. Esses números não apenas indicam altos níveis de urbanização, mas também revelam processos avançados de conurbação na Região (SEDUR, 2011). Entende-se conurbação como um fenômeno que amplia a área de influência das cidades envolvidas, promovendo uma integração que se torna a característica principal da conurbação.

O processo de conurbação ocorre quando uma cidade começa a absorver núcleos urbanos localizados ao seu redor, independentemente de pertencerem a outros municípios desenvolvendo uma vinculação socioeconômica com ela, desencadeando uma série de transformações tanto no núcleo absorvido quanto naquele que absorve. Assim, a conurbação vai além da proximidade física entre diferentes áreas urbanas, considerando os vínculos sociais e econômicos estabelecidos entre elas. Nesse contexto, Salvador, que se destaca como o município mais densamente populoso da região, cria um laço de conurbação com Lauro de Freitas, que, torna-se uma extensão da ocupação da capital. Muitos moradores circulam diariamente entre esses dois municípios, caracterizando um processo conhecido como "mobilidade pendular" nos dois sentidos, de ida e volta de Salvador (IPEA, 2013; Carvalho; Pereira, 2014).

Destaca-se também a elevada taxa média de crescimento anual da população de Camaçari em relação aos demais municípios, podendo significar em relação aos seus contextos históricos a expansão do setor petroquímico, e conseqüentemente a oferta de emprego, que por sua vez gerou uma demanda crescente por habitação e infraestrutura para acomodar a crescente população local.

Para além da análise demográfica, voltada a quantificação populacional e urbanização dos municípios da Região Metropolitana de Salvador, uma variedade de

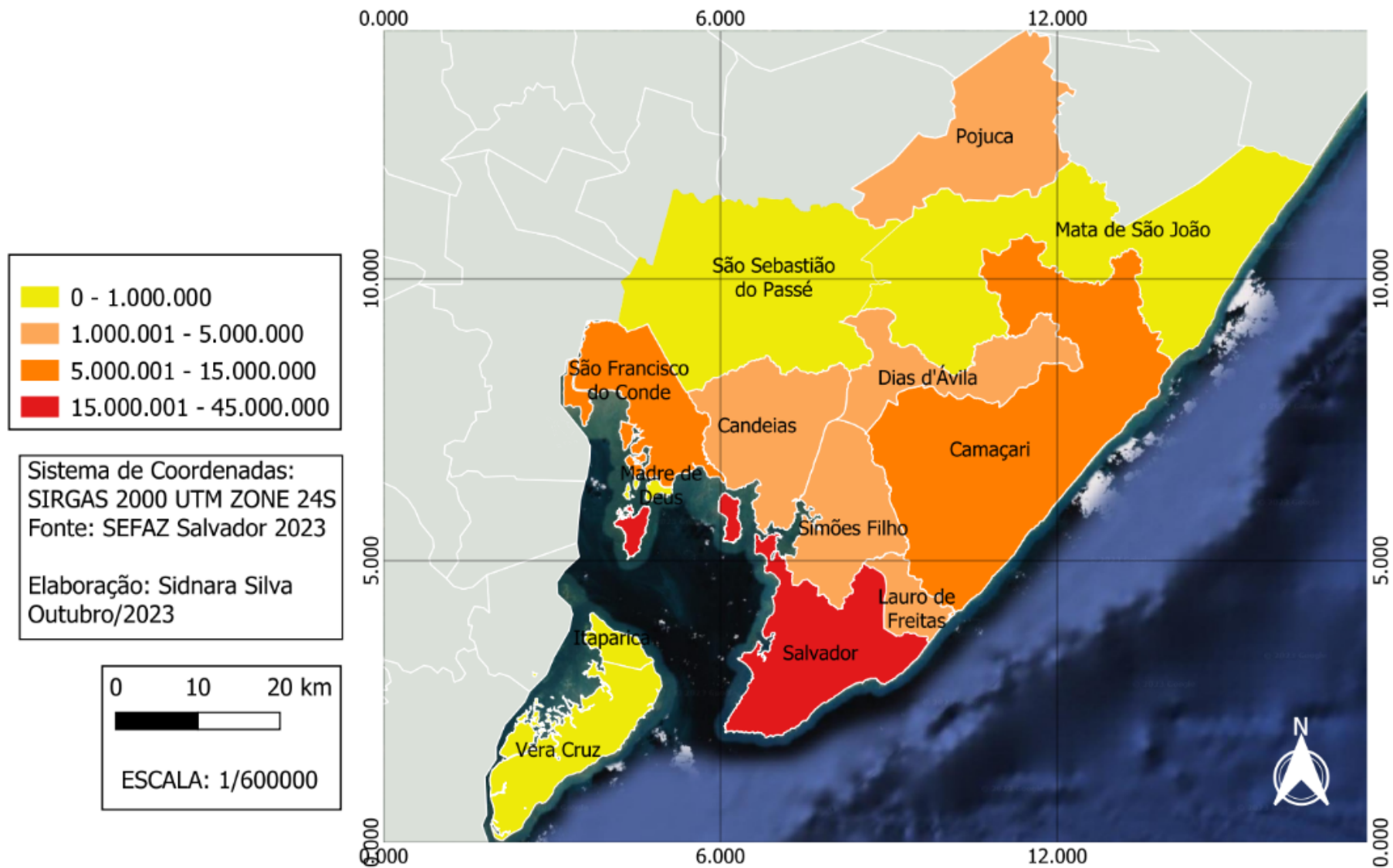
indicadores podem ser abordados com propósitos diversos. Essas métricas adquirem significados específicos, influenciados por suas bases teóricas, objetivos e abordagens metodológicas. De maneira geral, apesar das variações, o objetivo comum dessas estatísticas é obter informações sobre as condições de vida em determinada área, servindo como referência para orientar intervenções ou avaliar o impacto de políticas públicas implementadas.

A rede urbana não opera isoladamente, ela está intrinsecamente ligada à ação de centros de acumulação de capitais, e um indicador fundamental no cenário macroeconômico, utilizado para mensurar o valor total de bens e serviços finais produzidos é o Produto Interno Bruto (PIB). O PIB é uma ferramenta crucial para entender a dinâmica econômica de uma região ou país, fornecendo *insights* sobre o desempenho e a contribuição de diferentes setores para a economia, como agropecuária, indústria e de serviços. Nas Regiões Metropolitanas, a interação da sua rede urbana com o PIB reflete não apenas a atividade econômica local, mas também as conexões e interdependências com outros municípios. A Região Metropolitana de Salvador emerge como um dos mercados regionais mais significativos do Brasil, desempenhando um papel crucial no PIB Estadual, conforme dados do IBGE de 2010.

A dinâmica econômica da Região Metropolitana de Salvador é impulsionada por diversos setores, refletindo-se nos resultados do PIB. Os segmentos agropecuário, industrial e de serviços desempenham papéis distintos, moldando a diversidade econômica da região. Em questões econômicas, bem como demográficas, é notório a diferenciação presente no que diz respeito ao PIB absoluto, onde a metrópole se mantém na perspectiva primaz (Figura 12).

Assim como outras metrópoles brasileiras, Salvador desempenha um papel importante na economia nacional, influenciando não apenas a rede urbana local, mas também a estruturação de redes urbanas em níveis mais amplos. A metrópole atua como pólo econômico, cultural e político, exercendo impacto significativo na sua dinâmica regional. Sua importância vai além das fronteiras municipais, à medida que desempenham um papel crucial na interconexão e interdependência com outras cidades e regiões. Corrêa (2011) destaca essa perspectiva ao explicar as redes dendríticas, onde uma cidade estratégica concentra as principais funções econômicas e políticas de sua zona de influência.

Figura 12 – Mapa do PIB total dos municípios da Região Metropolitana de Salvador – 2010



Em 2010, o PIB do estado da Bahia era de R\$ 154 milhões, e dentre seus municípios as maiores porcentagens de participação nesse indicador estavam em Salvador, Camaçari, Feira de Santana, Candeias e Simões Filho, sendo quatro dos cinco municípios, integrantes da Região Metropolitana de Salvador. Juntos, os municípios que integram a área metropolitana correspondem a quase metade do PIB total do estado. Quando analisamos especificamente Salvador, observamos que a cidade representa pouco mais que 50% do PIB da região metropolitana, reafirmando assim sua posição de cidade primaz, onde economicamente se apresenta superior a mais que o dobro do PIB das demais cidades imediatamente menores (Tabela 8).

Tabela 8 – PIB total, por setores econômicos e per capita dos municípios da Região Metropolitana de Salvador – 2010

Municípios	PIB (R\$)		PIB Agropecuário (%)	PIB Industrial (%)	PIB Serviço (%)
	Total	<i>Per capita</i>			
Camaçari	13.328.182	51.221	0,08	71,90	28,08
Candeias	4.197.942	26.384	0,25	53,94	45,80
Dias d'Ávila	2.176.540	33.239	0,09	71,01	28,90
Itaparica	115.263	6.145	3,37	16,49	80,14
Lauro de Freitas	3.153.527	22.349	0,38	23,38	76,24
Madre de Deus	278.063	19.983	0,63	24,87	74,50
Mata de São João	353.963	15.264	8,02	28,47	63,51
Pojuca	1.016.485	28.402	0,71	71,44	27,85
Salvador	36.480.991	15.229	0,07	24,33	75,60
São Francisco do Conde	9.855.898	160.494	0,07	61,70	38,23
São Sebastião do Passé	398.117	11.561	3,26	42,15	54,59
Simões Filho	3.708.951	27.571	0,13	44,71	55,16
Vera Cruz	251.057	7.319	4,28	17,88	77,84

Fonte: IBGE Cidades, 2010. Elaborada pela autora.

Contudo, apesar de Salvador apresentar elevado volume no PIB absoluto, se apresenta de forma negativa quanto ao PIB *per capita*, sendo o quarto município com o menor indicador, sugerindo que apesar das uma atividade econômica serem

significativas, sua riqueza não está sendo distribuída de maneira equitativa. São Francisco do Conde se destaca com seu PIB *per capita* elevado, decorrente do fato de ter uma população relativamente pequena combinada com a presença de uma grande refinaria de petróleo. Junto a isso, os menores PIBs se encontram em Itaparica e Vera Cruz, possuindo os menores valores do PIB *per capita* da Região.

Como analisados, os dados relacionados à taxa de urbanização dos municípios da Região Metropolitana de Salvador apresentaram taxas superiores a 70%. Essa característica expressa um cenário predominantemente urbano na região. Consequentemente, a predominância de ambientes urbanos muitas vezes implica em uma menor participação da agropecuária na economia local, com os setores industrial e de serviços assumindo papéis mais proeminentes, o que podemos constatar a partir do PIB agropecuário. Dentre os municípios, onde há uma certa expressão do PIB da agropecuária são, por ordem de importância: Mata de São João, Vera Cruz, Itaparica e São Sebastião do Passé.

Dentre os municípios da Região Metropolitana de Salvador, é observável um certo equilíbrio no que se refere ao PIB dos setores econômicos de industrial e de serviços em Candeias, São João do Passé e Simões Filho. Essa distribuição com percentuais próximos pode indicar uma diversificação econômica nessas localidades. Municípios com presença expressiva no setor industrial geralmente estão associados a atividades metalúrgicas e a petroquímica, enquanto aqueles com uma participação significativa no setor de serviços podem abranger áreas como comércio, educação, saúde e turismo.

O equilíbrio entre esses setores sugere uma economia mais resiliente e adaptável a diferentes dinâmicas, reduzindo a dependência excessiva de uma única área econômica. O Polo Industrial de Aratu, em Candeias e Simões Filho, a partir de 1960, foi um dos grandes transformadores do espaço urbano, movidos pela empregabilidade no processo da industrialização e as grandes mudanças na estrutura e organização da cidade, agregando a partir deles, vários tipos de atividades comerciais e de serviço, o que motivou a migração do campo para a cidade, produzindo uma nova mudança na sociedade. Já São Sebastião do Passé, possui uma forte participação da indústria, notadamente nos setores de petróleo e mecânica.

Alguns desses municípios se destacam no setor industrial, evidenciando uma diversidade de setores produtivos que impulsionam suas economias. Camaçari se destaca como um polo industrial significativo, abrigando atividades que vão desde a petroquímica até a produção de automóveis, pneus, autopeças, equipamentos eólicos, celulose e produtos acrílicos. Candeias contribui para esse panorama com ênfase nos setores químico e metalúrgico. Já Dias d'Ávila tem sua economia marcada por segmentos como bebidas, metalurgia de cobre e atividades mecânicas. Pojuca, por sua vez, se destaca na produção de ferro-ligas e ferro-cromo, além de ter uma presença significativa no setor petrolífero. São Francisco do Conde apresenta uma economia voltada para a refinaria, consolidando-se como um importante centro nesse ramo.

Quanto aos municípios que se destacam no setor de serviços, em ordem decrescente do percentual, temos Itaparica, Vera Cruz, Lauro de Freitas, Salvador, Madre de Deus, Mata de São João, Simões Filho e São Sebastião do Passé. Dentre esses serviços incluem-se áreas como turismo, comércio, administração, defesa, educação e saúde públicas, e transporte.

Essa diversificação setorial reflete a complexidade e a especialização econômica de cada município, contribuindo para a formação de uma Região Metropolitana com uma base econômica robusta e variada. A presença de atividades diversas evidencia não apenas a importância desses municípios para a economia local, mas também seu papel crucial no contexto regional e nacional. Junto a isso, e com embasamento dos dados apresentados, o setor que predomina a Região Metropolitana de Salvador é o setor de serviços.

Outra métrica amplamente utilizada é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), utilizada para avaliar o desenvolvimento humano em âmbito global. Criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o IDH oferece uma abordagem abrangente ao mensurar o bem-estar social, indo além das análises puramente econômicas. Esse índice é calculado com base em três indicadores principais: a expectativa de vida ao nascer, os anos médios de educação e a renda. Ao integrar esses componentes, o IDH proporciona uma visão holística da saúde, educação e padrões de vida da população. Os valores do IDH variam de 0 a 1, sendo que valores mais próximos de 1 indicam um maior nível de desenvolvimento humano. Paralelamente, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

estende essa abordagem para o nível municipal. Adaptado para escalas menores, o IDHM mantém a mesma lógica, permitindo uma análise aprofundada do desenvolvimento humano em contextos mais específicos. Sua aplicação é valiosa para identificar diferenciações e orientar políticas públicas em nível local como o da Região Metropolitana de Salvador (Tabela 9).

Tabela 9 – IDHM dos municípios da Região Metropolitana de Salvador – 2010

Municípios	IDHM 2000	IDHM 2010	Nível	Ranking Nacional	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
Camaçari	0,551	0,694	Médio	2.078	0,681	0,798	0,616
Candeias	0,548	0,691	Médio	2.161	0,652	0,823	0,616
Dias d'Ávila	0,540	0,676	Médio	2.524	0,651	0,811	0,584
Itaparica	0,522	0,670	Médio	2.663	0,657	0,826	0,553
Lauro de Freitas	0,616	0,754	Alto	467	0,781	0,827	0,663
Madre de Deus	0,565	0,708	Alto	1.665	0,670	0,794	0,667
Mata de São João	0,506	0,668	Médio	2.716	0,648	0,818	0,562
Pojuca	0,524	0,668	Médio	2.759	0,648	0,818	0,562
Salvador	0,654	0,759	Alto	383	0,772	0,835	0,679
São Francisco do Conde	0,518	0,674	Médio	2.573	0,641	0,812	0,587
São Sebastião do Passé	0,508	0,657	Médio	2.964	0,633	0,812	0,551
Simões Filho	0,545	0,675	Médio	2.545	0,641	0,813	0,591
Vera Cruz	0,521	0,645	Médio	3.201	0,632	0,871	0,520

Fonte: Atlas Brasil, 2010. Elaborada pela autora.

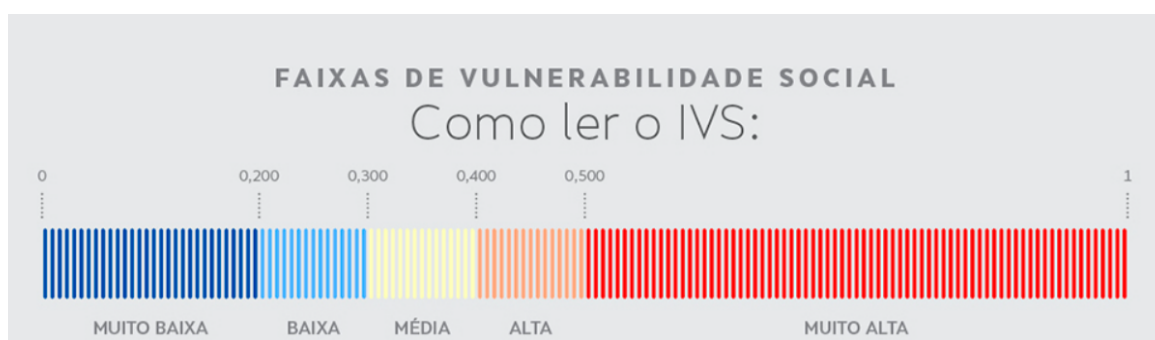
Em 2000, exceto Lauro de Freitas e Salvador, que possuíam IDHM médio, todos os outros municípios apresentavam tal índice em nível baixo. Nessa passagem de tempo destaca-se Madre de Deus, que foi do nível baixo para o alto. Apesar desse avanços, os valores do IDHM ainda não alcançaram patamares considerados muito elevados para a maioria dos municípios, com exceção de Salvador, Lauro de Freitas

e Madre de Deus. É importante ressaltar que, embora esses três municípios tenham obtido posições relativamente mais altas em comparação com outros municípios, ainda estão abaixo das classificações consideradas muito elevadas, que tipicamente variam entre 0,9 e 1,0.

Essa observação indica que, apesar dos avanços, há espaço para melhorias significativas nos indicadores sociais desses municípios, especialmente no que diz respeito à qualidade de vida e à educação. Por fim, ao considerar que, em 2010, o Brasil contava com 5.565 municípios, observa-se que nem mesmo a metrópole da Região Metropolitana de Salvador não ocupa uma posição de destaque significativo em escala nacional. De modo geral, o IDHM voltado à longevidade é o que possui índices mais positivos indicando boas condições de saúde e acesso a serviços médicos.

Ao contrário do Índice de Desenvolvimento Humano, onde valores mais elevados indicam um melhor desenvolvimento, no Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), quanto mais próximo de 0, menor é a vulnerabilidade, e quanto mais próximo de 1, maior é a vulnerabilidade. Nota-se que a partir de 0,500, a vulnerabilidade é considerada muito alta, indicando situação de extrema vulnerabilidade (Figura 13).

Figura 13 – Faixas do Índice de Vulnerabilidade Social



Fonte: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>

O IVS é uma medida composta pela média aritmética de dezesseis indicadores distribuídos em três dimensões distintas: infraestrutura urbana, capital humano e renda e trabalho. Cada uma dessas dimensões contribui de maneira equitativa para o cálculo final do IVS, conferindo-lhe uma abordagem abrangente. Conforme observado por Recio (2010), a vulnerabilidade social é caracterizada pela exposição de um indivíduo ou grupo a determinados riscos, pela capacidade desse indivíduo ou grupo de enfrentar esses riscos e pela potencialidade desses riscos em causar

sérias consequências aos afetados. Abordar a vulnerabilidade significa analisar condições em que um indivíduo não possui acesso adequado a serviços essenciais. Entre os municípios da Região Metropolitana de Salvador, é possível observar, em geral, que a maioria se situa no nível médio do Índice de Vulnerabilidade Social. Sete municípios encontram-se nessa categoria: Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, Lauro de Freitas, Pojuca, Salvador e São Francisco do Conde. Madre de Deus destaca-se positivamente com um IVS mais baixo na região, indicando uma menor vulnerabilidade social. Por outro lado, o destaque negativo pertence a Itaparica, sugerindo uma situação de maior vulnerabilidade social (Tabela 10).

Tabela 10 – IVS dos municípios da Região Metropolitana de Salvador – 2010

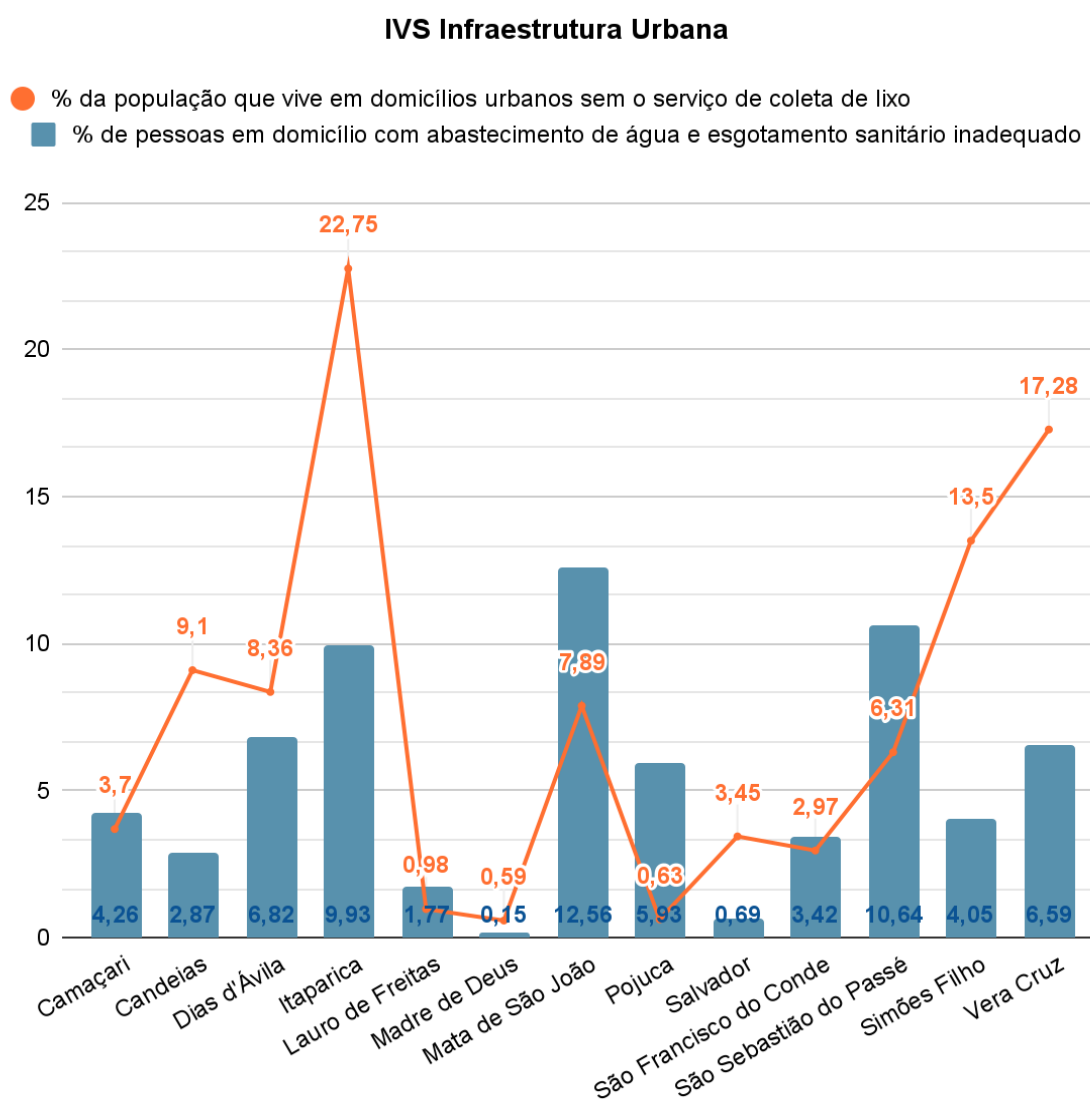
Municípios	IVS	IVS Infraestrutura Urbana	IVS Capital Humano	IVS Renda e Trabalho
Camaçari	0,354	0.258	0.402	0.402
Candeias	0,345	0.189	0.364	0.483
Dias d'Ávila	0,362	0.293	0.360	0.434
Itaparica	0,433	0.387	0.382	0.530
Lauro de Freitas	0,303	0.297	0.323	0.288
Madre de Deus	0,295	0.297	0.323	0.288
Mata de São João	0,424	0.374	0.443	0.456
Pojuca	0,316	0.109	0.386	0.453
Salvador	0,350	0.426	0.300	0.324
São Francisco do Conde	0,376	0.222	0.423	0.484
São Sebastião do Passé	0,469	0.222	0.423	0.484
Simões Filho	0,429	0.442	0.391	0.454
Vera Cruz	0,403	0.365	0.395	0.450

Fonte: IPEA, 2019. Elaborada pela autora.

No IVS Infraestrutura Urbana podem ser analisados alguns indicadores como o percentual de pessoas em domicílio com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequado e o percentual da população que vive em domicílios urbanos

sem o serviço de coleta de lixo. Segundo os dados do IPEA (2019) o percentual de pessoas em domicílio com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequado da metrópole Salvador, 0,69%, sendo superado pelo município de Madre de Deus, com apenas 0,15%, a qual também se destaca positivamente com o percentual da população que vive em domicílios urbanos sem o serviço de coleta de lixo mais baixo (0,58%). Em contrapartida, os índices respectivos com os maiores percentuais são Mata de São João, com 12,56% e Itaparica com o destaque negativo de 22,75%. Esse índice procura refletir as condições de acesso a serviços de saneamento básico e de mobilidade urbana (Figura 14).

Figura 14 – Gráfico dos percentuais de IVS Infraestrutura Urbana – 2010

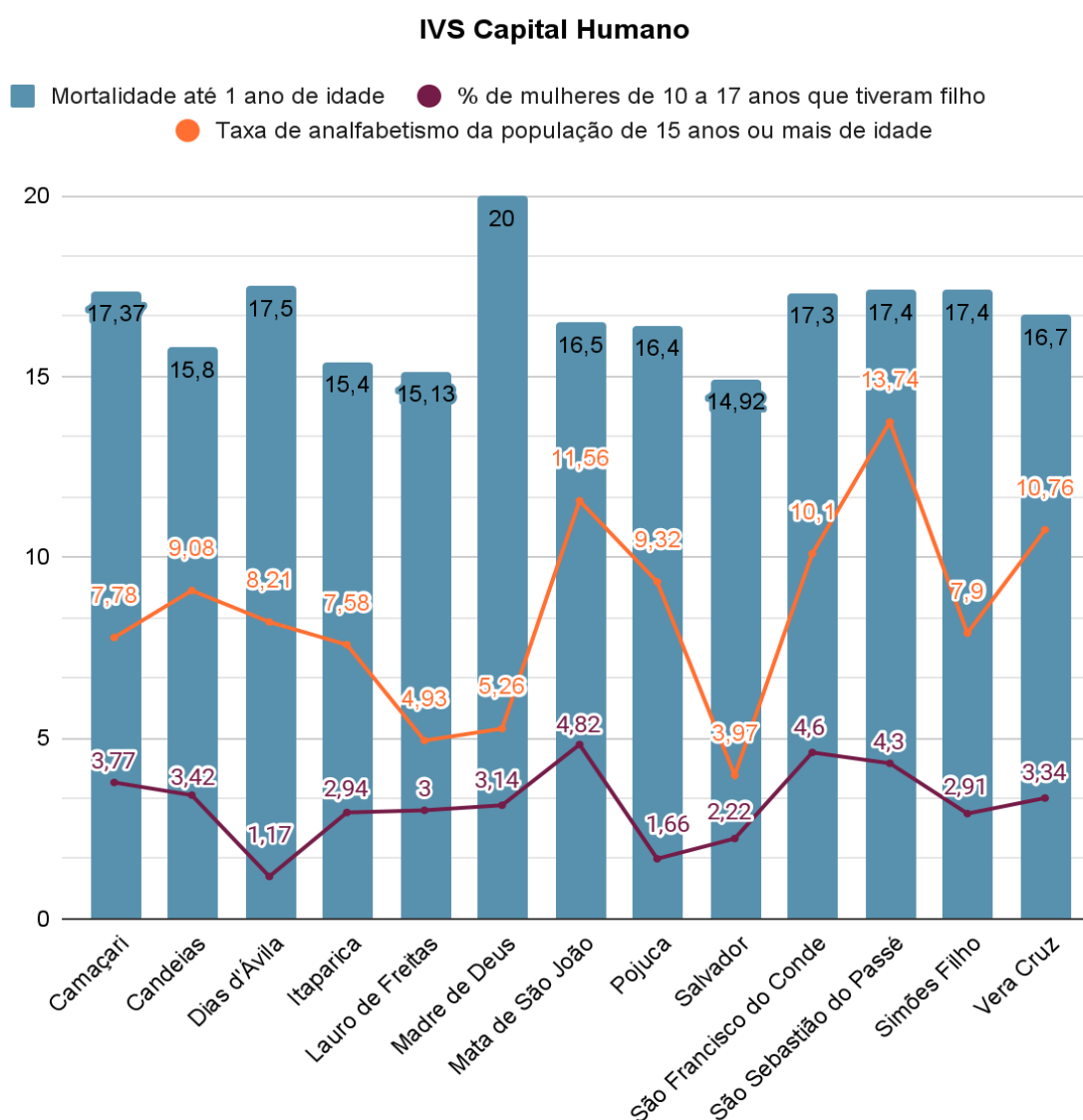


Fonte: IPEA, 2019. Elaborada pela autora.

Buscando também validar o IVS Capital Humano analisa-se alguns dos seus

indicadores: a mortalidade até 1 ano de idade, tendo Salvador com o valor mais baixo (14,92) e Madre de Deus com o mais alto (20,00); quanto a porcentagem de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filho, em ordem decrescente, Mata de São João, São Francisco do Conde e São Sebastião do Passé apresentam as piores taxas, e Dias d'Ávila e Pojuca as melhores, respectivamente; e quanto a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade Salvador apresenta a menor taxa, se destacando de forma positiva, e São Sebastião do Passé com a maior, se destacando negativamente (Figura 15).

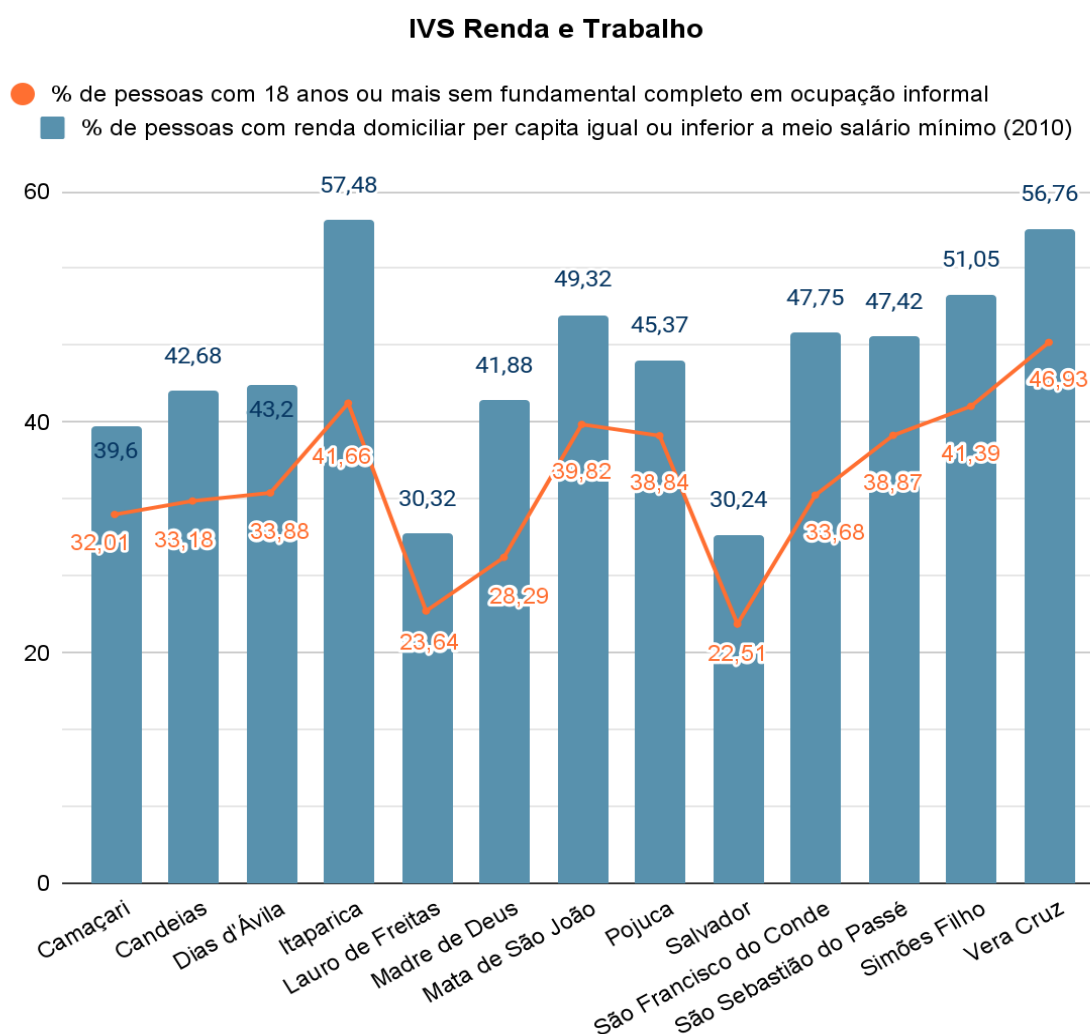
Figura 15 – Gráfico dos percentuais de IVS Capital Humano – 2010



Fonte: IPEA, 2019. Elaborada pela autora.

Ratificando o IVS Renda e Trabalho analisa-se alguns de seus indicadores: a porcentagem de pessoas com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a meio salário mínimo (2010) possui diferenças de melhor e pior para Salvador, 30,24%, e os municípios da ilha, Itaparica, 57,48%, e Vera Cruz, 56,76%; assim como o percentual de pessoas com 18 anos ou mais sem fundamental completo em ocupação informal, em escala de melhor e pior, Salvador com o melhor percentual possui 30,24%, e os municípios da ilha com os piores, Vera Cruz, 46,93% e Itaparica com 41,66%. Em suma, esse indicador avalia a situação socioeconômica voltada principalmente a questões salariais, ocupacionais e informalidade do trabalho (Figura 16).

Figura 16 – Gráfico dos percentuais de IVS Renda e Trabalho – 2010

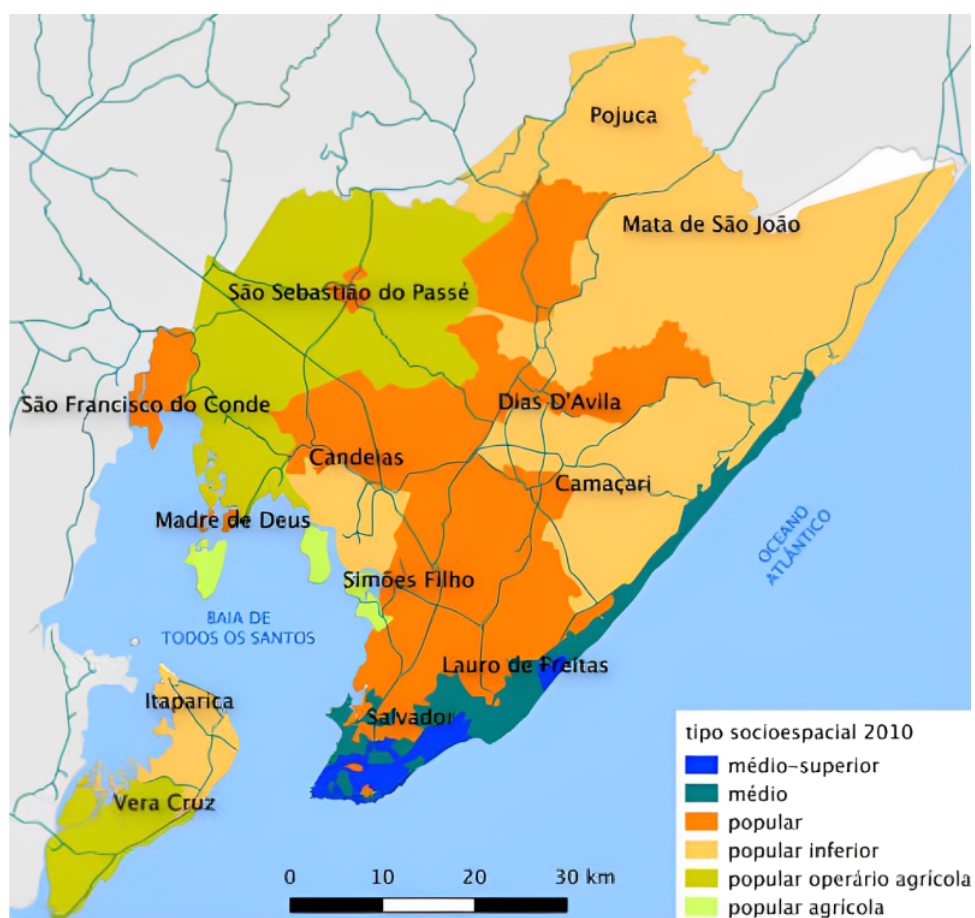


Fonte: IPEA, 2019. Elaborada pela autora.

Utilizando o mesmo parâmetro das faixas do Índice de Vulnerabilidade Social (Figura 13), podemos classificar os IVS de Infraestrutura entre os municípios da Região Metropolitana de Salvador, tendo predominância no nível baixo, o de Capital Humano com predominância no nível médio e o de Renda e Trabalho predominância no nível alto.

O Observatório das Metrôpoles, considerando a composição social, abrangendo diferentes estratos sociais, refletindo a diversidade ocupacional e econômica com a utilização de uma própria metodologia, desenvolveu uma tipologia socioespacial para classificar os espaços metropolitanos com o objetivo de compreender as hierarquias e a estrutura social. Foram determinadas 7 tipologias diferentes que podem ser especializadas na Região Metropolitana de Salvador (Figura 17).

Figura 17 – Mapa da tipologia socioespacial da Região Metropolitana de Salvador – 2010



Fonte: Carvalho; Pereira, 2014.

Obs.: Mapa cujo leitura e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais.

No estrato Superior, encontramos grandes empresários locais, dirigentes nos setores público e privado, juntamente com profissionais de nível superior, autônomos ou empregados. No estrato Médio Superior, a predominância recai sobre os profissionais intelectuais, formando um estrato que reflete uma posição social elevada, mas com uma composição mais concentrada em atividades intelectuais (Carvalho; Pereira, 2014).

No estrato Médio, observamos uma mistura de profissionais de nível superior com pequenos empregadores e trabalhadores em ocupações técnicas, de supervisão, de escritório, além de ocupações médias relacionadas à educação, saúde e atividades similares. No estrato Médio Popular, encontramos índices consideráveis de ocupações médias, mas também a presença de categorias populares, como trabalhadores manuais da indústria e serviços auxiliares, bem como trabalhadores do comércio. No estrato Popular, predominam trabalhadores manuais da indústria e do comércio, juntamente com prestadores de serviços qualificados. No estrato Popular Inferior, ocorre a combinação desses trabalhadores com prestadores de serviços não qualificados, trabalhadores domésticos, ambulantes e biscateiros. Por fim a categoria Popular Agrícola, são classificadas áreas com uma expressiva presença de trabalhadores rurais, caracterizadas por uma urbanização menos intensa e baixa densidade demográfica (Carvalho; Pereira, 2014).

À medida que as cidades ocupam diferentes posições nessas hierarquias, suas funções e interações se diversificam, conexões permanentes entre as cidades e a ligação entre áreas formam uma rede urbana. Assim como as redes dos dois circuitos da economia de Corrêa (2011) e Santos (2008), onde no circuito superior, estão as atividades voltadas para a parcela mais rica e uma parte significativa da classe média e no circuito inferior, encontram-se atividades menos intensivas em capital, voltadas principalmente para as classes mais pobres é possível associar essa divisão a metodologia do Observatório das Metrópoles, onde o nível superior e médio está relacionado a rede do circuitos superior e as outras tipologias ao circuito inferior.

A metodologia empregada pelo Observatório e a tipologia resultante possibilitaram a identificação das principais características e da dinâmica na estrutura urbana de Salvador e da sua Região Metropolitana. A maioria dos municípios persiste como áreas classificadas como popular, popular operário agrícola ou popular agrícola. Em

contrapartida, as zonas costeiras de Camaçari e Mata de São João, impulsionadas por empreendimentos turísticos, têm sua ocupação densificada, assumindo características de áreas classificadas como médio. As orlas marítimas de Salvador e Lauro de Freitas mantêm-se como espaços de destaque para as camadas de alta renda, classificadas aqui como áreas de tipo médio superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho visa contribuir para o estudo do espaço da Região Metropolitana de Salvador, analisando a evolução e dinâmica de estruturação socioespacial em escalas regionais e intraurbanas. O desafio de analisar a estrutura socioespacial em um território como a Região Metropolitana de Salvador reside tanto na complexidade de cada município, como no conteúdo social dos espaços intraurbanos e as condições sociais dos espaços e suas populações. Cada localidade e fragmento espacial demandam uma análise detalhada, considerando referenciais metodológicos específicos e priorizando condicionantes e agentes sociais locais.

Os dados estatísticos fornecidos pelos indicadores utilizados neste trabalho desempenham um papel crucial na análise dos territórios, revelando diferenciações sociais e econômicas e mensurando as problemáticas enfrentadas pela região. No entanto, é importante reconhecer as limitações desses indicadores, uma vez que, isoladamente, não fornecem certezas exatas sobre a origem dos fenômenos, as causas da distribuição irregular dos equipamentos urbanos e/ou os interesses subjacentes ao beneficiamento de certas áreas em detrimento de outras. Diante disso, destaca-se a importância de um estudo para a interpretação dos dados, auxiliando na compreensão da constante metamorfose dos espaços urbanos.

Nesse contexto, o tema da rede urbana desempenhou um papel essencial na determinação teórica da dinâmica territorial. É possível evidenciar as diferenciação dentro das redes urbanas, a partir das hierarquias, estruturas, dimensões e funções das cidades que a compõem. Essa análise proporciona uma compreensão das interações entre os centros urbanos. Assim, a abordagem das redes urbanas não apenas lança luz sobre as conexões entre as cidades de forma isolada, também faz uma ponte de análise das Regiões Metropolitanas, representando áreas geográficas interconectadas que envolvem não apenas uma cidade central, mas também

diversos municípios adjacentes. Assim, as Regiões Metropolitanas devem ser compreendidas como uma dimensão significativa do espaço político-administrativo institucionalizado para fins de planejamento.

A interconexão de centros urbanos na Região Metropolitana de Salvador, com diferentes hierarquias, contribui para as disparidades, refletindo-se em condições socioespaciais e econômicas diferentes. O processo de conurbação, especialmente entre Salvador e Lauro de Freitas, exemplifica como a mobilidade pendular e a integração socioeconômica afetam a estrutura urbana. É relevante destacar o papel crucial desempenhado pela grande cidade, considerada a metrópole regional, como o principal epicentro da diferenciação socioespacial. Semelhante ao que ocorre em outras aglomerações urbanas brasileiras, na Região Metropolitana de Salvador, as disparidades na organização espacial e no tecido social são particularmente acentuadas em Salvador, a cidade mais populosa e economicamente mais dinâmica da região.

A análise dos indicadores econômicos, incluindo o Produto Interno Bruto (PIB) e o PIB per capita, os índices de desenvolvimento humano municipal e de vulnerabilidade social revelou que a Região Metropolitana de Salvador possui características distintas em sua transição demográfica. Essa região mantém um perfil de "macrocefalia" em relação ao estado da Bahia, concentrando não apenas a população, mas também as oportunidades econômicas, serviços básicos e especializados. Essa configuração destaca a centralidade e a influência significativa exercidas por Salvador na dinâmica socioeconômica da região. Por outro lado, é importante observar que essa mesma cidade abriga uma notável disparidade na distribuição de riqueza, acompanhada por uma vulnerabilidade social não muito positiva, especialmente no que se refere à infraestrutura urbana.

No que diz respeito ao desenvolvimento econômico, os maiores impulsionadores desta região incluem os setores de indústria automobilística e a petroquímica. Na faixa litorânea do Estado, a atividade turística assume uma crescente expressividade, desempenhando um papel essencial na dinâmica urbana. Na esfera social dos municípios da Região Metropolitana de Salvador, a partir do IDHM, apresentou uma melhoria no período entre 2000 a 2010 em todos os municípios. Como expressão quanto às conquistas sociais em termos de desenvolvimento, 77% da Região Metropolitana de Salvador, em 2010, apresenta-se em nível médio. A

vulnerabilidade social nos municípios ainda é uma barreira expressiva para um aumento de bem-estar mais significativo visto que o índice espacial da vulnerabilidade a partir de indicadores existentes mostrou que os municípios, se encontram em condições de vulnerabilidade média. A tipologia socioespacial proposta, considerando estratos diferentes voltados à diversidade ocupacional e econômica, também ofereceu uma perspectiva das características sociais da região.

Em busca de alternativas para instaurar uma administração eficaz e participativa voltada para um desenvolvimento regional integrado, é necessário reconhecermos que cada município é forjado por um complexo e particular processo histórico, social, político e econômico. Dada a singularidade desse contexto, não é viável prescrever uma fórmula universal para resolver e aprimorar os indicadores apresentados ao longo do trabalho. Contudo, podemos oferecer diretrizes fundamentadas na realidade local, indicando possíveis ações para os agentes responsáveis pela configuração do espaço e pela dinâmica da sociedade urbana tendo como objetivo principal melhorar as condições de vida dos municípios da Região Metropolitana de Salvador.

Em primeiro lugar, é notável que enfrentamos uma questão de centralização administrativa e econômica entre os municípios da estudada Região. Portanto, ainda que seja natural que haja certa centralização na metrópole, propomos uma descentralização das instâncias decisórias e de distribuição de serviços. Essa abordagem não apenas fortaleceria as comunidades locais, mas também fomentaria a gestão participativa entre os diversos grupos sociais. Outra sugestão relevante seria a segmentação do planejamento em setores de interesse comum. Para abordar as questões estruturais da crise urbana, seria possível implementar programas conjuntos para o ordenamento territorial urbano, habitação, transportes e geração de emprego e renda.

O propósito central desses instrumentos de planejamento e gestão deve ser o desenvolvimento socioespacial, dependendo da atuação tanto da sociedade quanto do Estado. O Estado, por sua vez, deve desempenhar seu papel principal de buscar o desenvolvimento social e econômico por meio da formulação de políticas públicas que proporcionem efetivamente à população mais vulnerável o acesso aos equipamentos urbanos e as condições para prover seu próprio sustento.

Em última análise, as regiões metropolitanas, enquanto entidades de planejamento, precisam implementar políticas públicas urbanas para mitigar os índices mencionados e reduzir as disparidades entre os municípios que integram as regiões metropolitanas. Estas, por sua vez, perpetuam a condição do espaço socialmente construído como resultado e, simultaneamente, como fator de reprodução das diferenciações sociais, conforme evidenciado pela variação nos índices das cidades.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Henrique. A economia de Salvador e a formação de sua Região Metropolitana. In: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso (Orgs.). **Como Anda Salvador**. Salvador: Edufba, 2006. p. 13-45.

ANDRADE, Thompson; SERRA, Rodrigo. Crescimento Econômico Nas Cidades Médias Brasileiras. In: ANDRADE, Thompson; SERRA, Rodrigo (Orgs.). **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 213-249.

ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Consulta por mapa. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/perfil>>. Acesso em: 02 de out. 2023.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia – SEDUR/BA. **Estudo da Rede Urbana do Estado da Bahia**. Salvador: SEDUR, jun. 2011.

BRASIL. [Constituição (1967)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1967. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em: 13 ago. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 13 agosto 2023.

BRASIL. Lei Complementar nº 14/193 de 08 de junho de 1973. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09 jun. 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp14.htm>. Acesso em: 19 agosto 2023.

BRASIL. Lei nº 10.257/2001 de 10 de julho de 2001. Institui o Estatuto da Cidade que estabelece diretrizes gerais da política urbana. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 19 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.683 de 19 de junho de 2018. Altera as leis nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (estatuto da metrópole), e 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da política nacional de mobilidade urbana. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 jan. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13089.htm>. Acesso em: 19 set. 2023.

CARMO, Júlio Cesar Botega do. Entre planos e instituições: a emergência e circulação do conceito de região metropolitana como unidade de planejamento. *In*: XVI ENANPUR: Espaço, Planejamento e Insurgências, 16., 2015, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2015. Disponível em: <<https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/2162/2141>>. Acesso em: 29 set. 2023.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso (Orgs.). **Como anda Salvador**. 2ª ed. Salvador: EDUFBA, 2008.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; PEREIRA, Gilberto Corso (Eds). **Salvador: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrôpoles, 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A Rede Urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. Rede urbana e formação espacial - uma reflexão considerando o Brasil. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 121-129, 2000. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/nugea/files/2014/09/Rede-urbana-Lobato.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2023.

CORRÊA, Roberto Lobato. Rede urbana: reflexões, hipóteses e questionamentos sobre um tema negligenciado. **Revista Cidades**, v. 1, n. 1, p. 65-78, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12530/8022>>. Acesso em: 19 ago. 2023.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

COSTA, Marco Aurélio et. al. (Org.). **Caracterização e quadros de análise comparativa da governança metropolitana no Brasil**: arranjos institucionais de gestão metropolitana (Componente 2): Região metropolitana de Salvador. Rio de Janeiro, 2015.

COSTA, Marco Aurélio et. al. (Org.) **Federalismo, planejamento e financiamento**: avanços e desafios da governança metropolitana no Brasil. Rio de Janeiro, 2021.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3 ed. Porto Alegre: Globo, 2001.

HOTZ, Eduardo Fontes. A organização metropolitana pós-constituição de 1988. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, p. 91-98, 2000.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 1991**: Características Gerais da População e Instrução. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000**: Características Gerais da População - resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2010: Resultados preliminares do universo – conceitos e definições – tabelas adicionais.** Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Nota metodológica da série retropolada (2002-2009): PIB dos Municípios – Referência 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, out. 2016. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/Notas_Metodologicas_2010/NotaMetodologicaPIB_Munic%C3%ADpiosRetropolacao.pdf>. Acesso em: 12 set. 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades 2018.** Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101728>>. Acesso em: 23 de set. 2023.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Relatório de pesquisa IPEA 2015.** Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/governanca_metropolitana/151228_relatorio_analise_salvador_2.pdf>. Acesso em: 13 de set. 2023.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Relatório de pesquisa IPEA 2015.** Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/governanca_metropolitana/rel1_1_rms.pdf>. Acesso em: 13 de set. 2023.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Vulnerabilidade Social nas Regiões Metropolitanas Brasileiras.** Brasília: IPEA, 2019. Disponível em: <<http://ivs.ipea.gov.br>>. Acesso em: 13 set. 2023.

PEREIRA JUNIOR, Magno Vasconcelos; TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. **Metropolização brasileira: um estudo sobre a dinâmica e os indicadores socioespaciais das Regiões Metropolitanas de São Luís e Belém. Novos Cadernos NAEA, [S.l.], v. 24, n. 3, dez. 2021. ISSN 2179-7536.** Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/10525>>. Acesso em: 06 set. 2023.

RÉCIO, Maria Encarnación Moya. **Desigualdades na pobreza: trajetórias e transições em uma favela paulistana.** 2010. 217 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. doi:10.11606/T.8.2010.tde-18102010-123644. Acesso em: 20 set. 2023.

SANTOS, Milton. O estado, os monopólios e a macroestruturação do estado. In: Santos, Milton. **O espaço dividido.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. p. 277-295.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, [S. l.], n. 54, p. 81-100, 1977. Disponível em: <<https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1092>>. Acesso em: 19 set. 2023.

SCHASBERG, Benny; LOPES, Alberto. O tema metropolitano nos Planos Diretores. In: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves.; MONTANDON, Daniel Todtmann (Orgs.). **Os Planos Diretores Municipais: Pós-Estatuto da Cidade**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011. p. 219-254.